

61 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

62

63 Desculpe o atraso, bom dia a todos.

64

65 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

66

67 O processo que o nosso Conselheiro colega Junqueira é o Presidente e no prazo regimental está
68 cumprindo seis meses de GT e precisa ser prorrogado e homologado com a gente. Ele não está
69 presente por motivo de estar dando aula hoje, mas foi solicitado para ele para dar a conclusão desse
70 trabalhos, mais seis meses de prazo regimental. Então eu peço que a gente possa homologar isso para
71 que ele possa concluir esse trabalho importante, essa revisão desse licenciamento simplificado. Antes
72 de eu colocar em votação gostaria que a Nádja, nossa Conselheira do Ministério das Cidades,
73 começamos agora, Nádja. Só se identifique novamente para ficar registrado.

74

75 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

76

77 Bom dia a todos, Nádja do Ministério das Cidades, Representante do Conselheiro Sérgio Gonçalves do
78 Ministério de Transportes.

79

80 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

81

82 Então, vou botar em discussão essa matéria de homologar essa prorrogação de prazo por mais seis
83 meses. Todos concordam ou tem alguma questão a respeito? Então, aprovado por unanimidade a
84 prorrogação do prazo desse GT e pedirei ao Junqueira na próxima reunião que ele possa fazer um
85 relato dos trabalhos. O processo 2.2, 2000.2294.2006-33 trata de destinação final de baterias contendo
86 lítio e outros componentes. Esse é um processo também montado e pelo prazo regimental teria que se
87 prorrogar o prazo. Boto em discussão. Alonso.

88

89 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

90

91 Na verdade esse GT, porque nós estávamos também na dependência da discussão do que aconteceu
92 ontem. Eu teria uma proposta um pouco diferenciada e acho que é um momento bom para a gente
93 conversar sobre o que aconteceu ontem. Eu pensei bastante no que foi discutido ontem, nas diferentes
94 posições, nas diferentes propostas, na estruturação da própria Resolução. Primeiro, me parece que na
95 medida em que vamos rever a de pilhas e baterias, não tem sentido criar mais um grupo, eu acho que
96 esse fica automaticamente junto à aquele, fariamos uma Resolução única e não separada, isso foi uma
97 solução que demos na hora para não atrasar mas agora não teve jeito. Eu gostaria de fazer uma
98 sugestão, ainda não é uma proposta, mas é uma sugestão para a gente pensar para a próxima reunião
99 onde efetivamente o primeiro item de pauta tem que ser pilhas e baterias. Eu pensei bastante e me
100 embasei na experiência que eu tive na coordenação do grupo de fontes fixas e verifiquei, até o Maurício
101 está balançando a cabeça positivamente, a gente não é insensível às proposições da CNI. Eu acho que
102 a gente poderia pensar em reestruturar essa Resolução de acordo com os padrões que a gente fez nas
103 fontes fixas. Basicamente, é o que? Você teria o que nós chamamos de Resolução, que é um texto
104 inicial onde você coloca todos os princípios que norteiam o desenvolvimento das limitações, e enfim, de
105 cada tipo de bateria. Por exemplo, os considerandos, eles estão praticamente pronto. Porque eles são
106 esses e vão mudar realmente muito pouco. As definições são essas ou vão mudar muito pouco. Ou
107 seja, nós colocaríamos nesse texto inicial o que é genérico para qualquer tipo de pilha e bateria. E
108 paralelamente ele não precisa seguir em seqüência. Paralelamente nós teríamos a formação e lá nós
109 fizemos subgrupos. Um que estudaria especificamente esta aqui, por exemplo. Bateria contendo lítio.
110 Outra que estudaria bateria de chumbo, outra que estudaria só as pilhas e baterias de radinho. Tem
111 muita coisa já pronta. Ou seja, isso facilitaria muito. No entanto, em termos até didáticos, eu acho que
112 seria muito bom. Por quê? Quando você pega uma bateria de chumbo, você tem um interesse
113 comercial na reciclagem do chumbo, o que facilita até você fazer algumas exigências, ou seja, você tem
114 um tipo de comportamento. Nas pilhas de uso doméstico, não existe essa ansiedade da reciclagem,
115 então você provavelmente vai ter que tomar posturas diferenciadas e eventualmente mais rígidas, enfim
116 o grupo vai ter que ver isso. Eu acho que fica muito mais didático e mais simples, coisas que cabe para
117 um e não cabe para outro não ficam misturadas o que efetivamente dificulta a leitura de uma
118 Resolução, para pilhas e baterias vale isso, para bateria chumbo vale aquilo. Se você colocar tudo no
119 mesmo texto é mais difícil de entender. Colocando de forma separada, você tem uma didática maior,
120 uma facilidade maior de entendimento, ela tem ainda uma vantagem, se houver necessidade de fazer

121 uma alteração, por exemplo, na bateria de chumbo, você vai lá só naquele anexo típico, só muda ele e
122 não muda o resto, ou às vezes faz alguma adaptação no texto inicial. Então, é uma sugestão, ainda
123 não é proposta, mas é uma sugestão para que se pense, se essa estrutura é razoável para na próxima
124 reunião a gente fazer a decisão. Teria algumas outras vantagens ainda. Por isso que a gente precisa
125 pensar, é bom dar um tempo para pensar. No caso das fontes fixas, eram 13 subgrupos e nós
126 dividimos entre diferentes estados de acordo com a afinidade maior do estado com o tipo de problema.
127 Por exemplo, Minas Gerais ficou com siderurgia, porque grande parte da siderurgia estava em Minas
128 Gerais. São Paulo ficou, sei lá, com o negócio de cana, a emissão de cana. Dá para você fazer isso,
129 porque tem uma vantagem, se você fizer subgrupos regionalizados, você facilita a participação na
130 medida em que você precisa de menos passagens, diárias, estadias e etc, o que sem dúvida alguma é
131 um empecilho. Então, baseado nessas considerações, eu coloco como sugestão que se pense nessa
132 estrutura para que na semana que vem a gente decida. Eu não estou propondo, estou sugerindo que a
133 gente pense sobre essa estrutura e o lítio ficaria como um dos anexos, seria o lítio.

134
135 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

136
137 Em discussão o pensamento do Alonso. Maurício.

138
139 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

140
141 Bom, eu sou, vamos dizer assim, não tenho muito o que discutir, porque essa proposta foi a forma
142 como a gente propôs organizar a discussão da Resolução de emissões de fontes fixas. Eu só tenho
143 dúvida talvez um pouco, porque o estágio em que a gente está, a idéia era voltar para a Câmara
144 Técnica e não recriar Grupos de Trabalho específicos. O que você está propondo na prática, vamos
145 dizer assim, recria, nós estaríamos não só prorrogando esse, mas criando mais dois ou três, um de
146 chumbo ácido e um de pilha doméstica. Eu não tenho nada contra, eu só acho que ajuda a organizar o
147 trabalho, só que a gente já passou por esse processo. A gente teria que fazer uma avaliação de quais
148 pontos efetivamente esses grupos teriam rediscutido. Porque não é rediscutir tudo, porque eles já
149 fizeram uma boa parte da discussão. Eu não vejo nenhum óbice da gente fazer reuniões mais abertas,
150 não reuniões deliberativas da Câmara, mas fazer uma ou duas reuniões mais abertas que caracterizam
151 um GT, mas com forte coordenação da Câmara, porque o GT geralmente a gente delega para um
152 membro e ele cuida um tempo e depois traz. Eu acho que não seria bem esse formato. Eu acho que a
153 gente teria que ter um formato diferente onde a gente teria uma participação maior. Não é uma reunião
154 deliberativa da Câmara ainda, porque senão a gente cerceia um pouco a participação, mas uma reunião
155 aberta com uma coordenação e uma presença dos membros da Câmara. Acho que vale a pena a
156 gente detalhar um pouquinho a operação. Quanto ao conceito em si, quer dizer, realmente não faz
157 sentido, eu acompanho o Cláudio na idéia de que não faz sentido a gente manter esse grupo agora
158 como um GT "ad hoc" para tratar de um assunto que nós vamos estar tratando do mesmo jeito. Na
159 época, lembro bem, a gente na verdade criou isso aqui, porque se falou não vamos discutir isso aqui
160 não atrasa, vamos tocar. Eu acho que a mera prorrogação desse GT da forma como ele está, até
161 porque ele não se instalou, não tenho notícias que ele tenha reuniões e etc, não faz sentido. Eu
162 proponho encerrar esse GT, a gente encerra e ele passa a fazer parte da discussão no corpo da
163 Resolução 257, e aí a gente teria que ver como é viável esse formato. Eu particularmente acho que a
164 gente tem que separar, eu já propus isso inclusive. Eu acho que a gente tem que separar os diferentes
165 tipos de pilhas e baterias, porque hoje nós estamos misturando e aí a discussão fica muito complexa,
166 porque se mistura coisas diferentes. Mistura gente que precisa recolher e quer recolher com gente que
167 precisa dispor normalmente no lixo doméstico. Então, essa mistura eu acho que a gente precisa
168 decantar e separar. Então seria em princípio, eu sou favorável à posição do Cláudio e acho que a
169 gente precisa amadurecer um pouco mais a operação dela, e a minha sugestão seria a gente não
170 prorrogar esse GT e sim encerrar esse GT com a recomendação de que isso será incorporado na
171 discussão da revisão da 257.

172
173 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

174
175 Só um pequeno comentário. Eu acho que essa atividade, vamos chamar de atividade por enquanto, ela
176 tem que ser uma atividade muito mais dirigida, porque tem muita coisa discutida, tem muitos conceitos
177 que já estão claros e seriam algumas adaptações que são necessárias de fazer. Isso não quer dizer
178 que esteja cerceada qualquer proposta diferenciada. Eu, por exemplo, tenho uma proposta
179 diferenciada que eu acho que me pareceu ontem na discussão, vai ser muito mais fácil, vai trabalhar
180 com padrão de pilha e verificar o que a gente faz, facilita muito, porque o conceito de padrão já está

181 assimilado por muita gente, seja de água ou de ar. E, então quando está dentro do padrão, você pode
182 trabalhar de uma forma menos restritiva do que as coisas que estão fora de padrão. Então, eu acho
183 que se a gente criar um conceito de padrão a gente cria uma certa similaridade com os outros, a gente
184 mantém valores fixos rígidos e a gente facilita algumas coisas. Colocar padrão e insistir na
185 comercialização, você vai ter um instrumento a mais e eu não digo que seja a solução definitiva, você
186 vai ter um instrumento a mais para coibir contrabando, coibir e não eliminar, o que eu acho que é um
187 problema duríssimo. Você vai ter um conjunto de facilidades para trabalhar a coisa. Então, se a gente
188 trabalhar com o conceito de padrão e jogar responsabilidades em função de padrão, vai ficar mais fácil
189 de transmitir, de divulgar, das pessoas se conscientizarem. Então, eu não gostaria, por exemplo, que a
190 gente seguisse necessariamente essa estrutura. É que tem muita coisa que está pronta. E, dentro
191 dessa coisa muita coisa que está pronta não jogar fora. Agora, mudar o conceito que facilite o próprio
192 entendimento, eu acho que tudo bem. Agora, assumir grupos em estados foi uma coisa que nós
193 fizemos e não necessariamente precisa ser feito, essa é uma sugestão para que a gente amadureça até
194 a próxima.

195
196 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

197
198 Nádja, por favor.

199
200 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

201
202 Nádja, do Ministério das Cidades. Eu estou concordando com a colocação do Maurício que é um tema
203 que ele pode ser, não sei se necessariamente a questão de extinguir o GT, porque o GT não foi
204 instalado ainda, não teve nenhuma reunião, ele está em vigor ainda. E, então você teria que prorrogar
205 sim e agregar as discussões dos pontos que precisam ser discutidos da Resolução 257, foi discutido
206 ontem e trata-se de um grupo só. Leva se essas questões para o grupo. Quer dizer que esse é um
207 grupo, já está criado esse grupo e prorroga-se e incorpora as questões polêmicas. Eu acho que é essa
208 a idéia. E também essa questão de desmembrar por regionalizar, eu acho que não tem muito sentido,
209 porque senão não participam sempre as mesmas pessoas, eu acho que isso aí fragmenta muito, essa é
210 minha opinião. Agora, o tempo é que a gente tem que decidir qual é.

211
212 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

213
214 Eu só queria ter um entendimento, Cláudio e Maurício, por favor. Essa reunião, seja em subgrupos ou
215 regionalizada, mas eu acho interessante a questão da participação ser uma coisa mais aberta, até
216 mesmo essa questão, eu não acredito nessa questão da fragmentação, quanto que você regionaliza, eu
217 acho que você coloca pontos diferentes de visão. Às vezes a gente está tão concentrado como o
218 Maurício falou na nossa realidade que não observa o que está do outro lado. Então eu acho isso
219 importante. Agora, a questão do grupo, se realmente teve uma reunião, abriu e formou, será que isso
220 seria uma dificuldade de se reincorporar um grupo maior? Eu não vejo. E até mesmo porque existe
221 uma clareza muito grande do que fazer com essas pilhas comuns, realmente o complicado é com
222 chumbo e com as outras que a gente está aí nesse processo. Então, é mais ou menos concordando
223 com a idéia do Cláudio, essa idéia de extinguir, se realmente nunca teve, ele passa, vai incorporar, vai
224 agregar, vai somar, isso enquanto processo educativo para a gente construir uma melhor Resolução
225 que é por isso que a gente está aqui.

226
227 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

228
229 Só um esclarecimento. Quando eu estou falando de extinção, é um formalismo. Porque tem um
230 processo aberto no CONAMA para aquele GT. E aquele GT tem indicado um Presidente que é um
231 membro da Câmara Técnica e que tem que vir aqui fazer um relatório. Então, tem um procedimento
232 quando abre um GT. Se a gente vai incorporar a discussão na discussão da Resolução que é outro
233 processo, que é o nosso processo 02000 e tal, eu tenho que formalmente fechar, porque não tem mais
234 a obrigação de prestar relatório e tal ele passa a fazer parte. Eu fecho, mas incorporando a discussão
235 no âmbito do outro processo, você entendeu? Só por uma questão formal.

236
237 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

238
239 É o seguinte, eu estou entendendo que existe uma sugestão colocada pelo Alonso e está no
240 pensamento do próprio Maurício e da Vera de que é importante a gente incorporar. Nós vamos ter uma

241 reunião específica, a próxima reunião da Câmara para tratar essa matéria de pilhas e baterias, nós
242 vamos ver o melhor formato, como trabalhar isso, o Alonso antecipou umas idéias para ficar pensando
243 e refletir. E esse reflexo já permitir algum pensamento um pouquinho sobre isso e estou entendendo
244 que o melhor encaminhamento que se possa sugerir é de não tomar a decisão e na próxima reunião
245 esse assunto e a Câmara tem essa condição de deliberar isso na próxima reunião, e na próxima
246 reunião a gente trata o assunto todo em conjunto e vê o melhor formato que nós vamos trabalhar nessa
247 Resolução de pilhas e baterias eu concordo com o Maurício, até porque se nós criarmos GT, vamos
248 estar voltando muito e não é a intenção de criar GT de pilhas e baterias, mas criar um formato de
249 discussão, de progredir a discussão de pilhas e baterias sob o controle da Câmara, com a participação
250 da Câmara e definir uma agenda para ver como vamos tratar o assunto. Eu só não sei, Maurício, se
251 nós vamos poder já avançar hoje, se der para a gente avançar muito, e talvez na pauta de assuntos
252 gerais, eu vou ler um pouquinho dessa meta para na próxima reunião nós entrarmos na reunião com
253 um pouco mais de definibilidade, porque nós temos condições de tentar redesenhar esse conceito hoje
254 ou não, vamos discutir baterias, mas vamos discutir pensando num formato, não partindo do zero na
255 próxima reunião. Como sugestão, fica isso. A primeira sugestão minha é de nós tomarmos a decisão
256 dessa pauta e desse processo para a próxima reunião da Câmara nossa e na próxima reunião da
257 Câmara quando discutirmos pilhas e baterias, e hoje se for possível ter um pouco desse pensamento.

258
259 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

260
261 Eu fiz uma provocação exatamente para pensar. Por isso que eu falei que não é nem uma proposta, é
262 uma sugestão. Eu só lembro o seguinte, algumas coisas nós não podemos escapar. Não estudamos
263 nada e não estruturamos nada do lítio. É difícil você trazer para a Câmara toda a discussão do lítio.
264 Então, eu acho que vai ser meio impossível não permanecer com o GT, porque não dá para você pegar
265 todo o lítio e destrinchar aqui dentro, sem você ter a estrutura de um grupo de trabalho que vai se
266 aprofundar mais tecnicamente no assunto, fazer um levantamento maior, verificação de legislação
267 internacional, posturas internacionais, ver quais que existem, quais que deram certo. Enfim, aquilo que
268 um GT no geral faz. Eu acho difícil a gente não ter um GT. Eu acho que vamos perder um pouquinho
269 de tempo principalmente por causa do lítio, mas a gente vai ganhar muito em qualidade e rapidez.
270 Gente, nós temos muita coisa a discutir. Gente, nós temos muitas estruturas já propostas e que
271 provavelmente vão ser reorganizadas em termos de reorganização de texto, mas tem muita coisa pronta,
272 já. Por exemplo, considerando que vira e mexe dá problema, uma que a jurídica nem vai mais mexer
273 se a gente manter os mesmos, já fez suas sugestões. A parte de definições e algumas outras coisas
274 que pode ter no texto de caráter geral que já estão prontos e simplesmente alguém sentar e até me
275 proponho em fazer isso e já trazer na próxima um texto geral teria essa característica para submeter.
276 Eu acho que é um GT sem dúvida, tem que ser principalmente por causa do lítio, não dá para fugir
277 disso, mas dá para rapidamente uma ou duas pessoas fazerem uma estrutura rapidinha para colocar
278 para a Câmara, porque está praticamente tudo discutido.

279
280 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

281
282 Alonso, só para tentar separar teu pensamento, você colocou duas lógicas diferentes aqui dentro. Uma
283 você começou dizendo nesse pensamento teu que nós deveríamos suspender o lítio e incorporar.
284 Fazer a reunião e efetivar o GT talvez num formato mais curto, você tinha tentado dizer isso em duas
285 reuniões rápidas, tentar fechar um documento, vai ter uma missão específica para definir a vida dele e
286 imediatamente incorporar na reunião da Câmara. É isso que você está falando?

287
288 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

289
290 É isso, só que a reunião da Câmara vai se basear numa reestruturação do texto que já está super
291 discutido, então ela reestrutura muito fácil. Se se aceita a minha proposta, é assunto de separar a
292 bateria de chumbo, as pilhas, o lítio ou alguma outra que de repente surgiu por aí, se aceita essa
293 proposta é simplesmente reorganizar o texto. Eu tenho certeza que ele fica muito mais didático. Vale a
294 pena, eu me proponho a colaborar com isso se eu permanecer nessa Câmara, o que eu não tenho
295 certeza.

296
297 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

298
299 É, eu em princípio apoio a proposta do Alonso e acho que se a gente destacar aquilo que é geral e etc e
300 depois organizar três capítulo, a gente tem um capítulo, o Cláudio já mencionou que está vazio que é a

301 caixinha do lítio, precisa ter um esforço adicional para ver se até vai entrar na Resolução ou não, mas
302 hoje claramente a Resolução ela misturou procedimentos para duas coisas diferentes. Para as pilhas
303 que a gente está chamando aqui de uso doméstico e para as baterias industriais e para as baterias
304 automotivas. Eu acho que tem uma distinção aí na hora que a gente olha a estrutura da cadeia de
305 reciclagem e se a gente fizer por capítulo para tal bateria assim o procedimento é esse, nós vamos ter
306 uma clareza na discussão e não é mudar muita coisa do que está lá, é reorganizar e eventualmente aí
307 nós vamos ter que contemplar as discussões que a gente já fez até o momento. Mas eu acho que o
308 esforço nosso aí não é tão significativo assim. E a qualidade técnica, o ganho técnico, o resultado pode
309 ser importante. Tem uma discussão de fundo que o Alonso está propondo que é ao invés da gente
310 definir teores mínimos, aceitáveis e acima daquilo gerenciar, da gente definir teores máximos e acima
311 daquilo não comercializar. Então tem uma discussão, mas ela é muito mais específica também a cada
312 um dos tipos de bateria que a gente está discutindo.

313
314 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

315
316 Maurício, só assim para pegar teu pensamento e nisso que o Alonso colocou queria que você refletisse.
317 O Alonso colocou de não parar o GT, efetivar, num formato curto e específico, fazer uma ou duas
318 reuniões e incorporar o GT para esse formato novo. Ou não é isso?

319
320 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

321
322 Veja, o GT do lítio se mantido mantém o processo separado. Como a nossa idéia é fazer uma
323 Resolução única, acaba com o GT do lítio, mas se for o caso a gente cria mais um, nós temos
324 autonomia para isso. Acaba com o processo do lítio para não ficar duas coisas correndo paralelamente,
325 é uma bagunça. Acaba e cria um, mas faz uma coisa única para não bagunçar nem burocraticamente a
326 coisa. Cria-se um outro para burocraticamente ficar homogêneo.

327
328 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

329
330 Desculpa, eu vou interpretar, mas o Cláudio não está preocupado com formalismo, na minha opinião.

331
332 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

333
334 Mas é regimental

335
336 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

337
338 Tudo bem, por isso que eu fiz a proposta de forma a distinguir. Nós estamos falando a mesma coisa,
339 ele está preocupado com conteúdo, eu também estou preocupado com o conteúdo, mas estou dando
340 um passo a mais. eu acho que formalmente a gente vota pela extinção mas com a recomendação de
341 que o assunto vai ser incorporado na discussão da 257, certo? Como a discussão da 257 está na
342 Câmara e nós ainda não definimos qual é o formato que nós vamos fazer, se nós vamos abrir o GT ou
343 se não vamos e simplesmente estaríamos com a recomendação de que o assunto não sumiu, não foi
344 resolvido. O assunto vai ser tratado no âmbito da discussão, da revisão da 257 no processo
345 020000056241998. É isso que eu proponho e acho que ele está inteiramente de acordo. A tua
346 proposta no final é a gente passar e discutir rapidamente se a gente vai criar um GT, dois GT ou não vai
347 criar GT nenhum ou vamos estruturar de outra forma.

348
349 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

350
351 É, dentro desse pensamento, eu pensaria assim, também respeitando essa questão do formalismo
352 regimental que é uma coisa que ninguém pode fugir, nós não podemos fugir. Também o Alonso falou
353 uma coisa importante. Por exemplo, ele se comprometeu hoje a trazer na próxima reunião da Câmara,
354 se ele permanecer, eu acho que todos os Conselheiros aqui, eu estou representando o Governo
355 Federal, no Ministério das Cidades, eu me proponho a conversar com o Ministério do Meio Ambiente,
356 todos os Ministérios que estão lidando com o assunto, o IBAMA, sei lá, tentarmos trazer uma
357 contribuição na próxima reunião da Câmara e acho que todos deveriam estar fazendo isso. Na minha
358 opinião o GT não deveria ser extinto, juntando a sugestão dos dois colegas, ele não deveria ser extinto
359 porque é um processo. Ele deveria, não sei se é uma ou duas, conforme um avanço que nós
360 possamos atingir, dos Conselheiros trazendo contribuições na próxima reunião para que realmente

361 esse GT, eu acho que poderia se convocar ao mesmo tempo a reunião da Câmara para tratar do
362 assunto da 257 colado nela a reunião com o GT, uma ou duas já trazendo contribuições. Eu não sei se
363 pode ficar três dias e tratando da Câmara com outros assuntos, mas aproveitando todo mundo. Eu
364 acho que o GT não se extinguiria, todo mundo se comprometeria a trazer contribuições, discutiria um
365 GT, seria a primeira reunião do GT com duas ou três, eu acho que trataria as coisas separadas e
366 depois junta no processo. Porque precisa se avançar, ele disse que tem muita coisa pronta. Eu não
367 participei porque o Sérgio estava muito presente e creio eu que agora eu vou participar mais, porque
368 agora ele está como secretário, e então eu posso acompanhar mais de perto. Essa é minha opinião.
369

370 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

371
372 Passar a palavra para a Vera, que quer falar sobre o assunto e também gostaria de ouvir.
373

374 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

375
376 Gente, é porque às vezes a gente está falando a mesma coisa com um formato diferente. Mas assim,
377 eu até que estou mais vendo a proposta da Nádja, porque é o seguinte, a gente aproveitaria inclusive
378 essa reunião de duas ou três ou uma, seja lá quantas forem, com esse objetivo de encerrar o GT
379 trazendo as contribuições.
380

381 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

382
383 Me dá um aparte? Só para a gente esclarecer, o que acontece? Porque eu estou propondo extinguir?
384 Primeiro, se ele começar, ele vai demorar um ano para ter um trabalho, porque o Cláudio já levantou
385 isso, não tem gente que conheça desse assunto, foi uma demanda extemporânea e a que chegou
386 depois e aí resolveu se criar o GT, tudo bem, tem um problema aqui, mas nós não queremos impedir
387 vocês de discutir esse problema, mas nós vamos tocar a Resolução porque a Resolução vai ficar
388 esperando vocês resolverem. Se a gente mantiver esse GT, o ritmo dele é completamente diferente do
389 ritmo da decisão da Resolução. Nós vamos voltar na decisão que nós tivemos lá atrás. Eu não tenho
390 nada contra manter o meu GT, só que se manter o GT significa que eu não vou tratar dele na 257. O
391 que estou falando são duas coisas, nós temos que optar. Ou nós vamos tratar dele na 257 com os
392 elementos que a gente tiver e o GT está extinto ou a gente não vai tratar na 257 e vamos manter o GT.
393 Um dia ele vai chegar aqui e dizer olha preciso de uma Resolução específica para lítio, ou não precisa
394 de nada, o assunto está resolvido e não tem nada o que fazer. O GT vai nos dar essa resposta. Agora,
395 o que nós não podemos fazer é manter o projeto do GT porque ele tem autonomia, não posso chegar
396 para o cara e dizer me produz o resultado. Não depende dele, depende de uma série de coisas que ele
397 não tem controle, ele não tem os insumos para chegar e fazer o relatório ele depende de mobilizar as
398 pessoas, se elas não mobilizarem. Aí daqui a seis meses nós vamos encerrar o GT? Esse tipo de
399 desgaste que eu acho que não deve ter. Mantém o GT? Tudo bem, mas então não entra na 257. Ou
400 então não tem o GT e aí a gente vai ter que dar um jeito de tratar da 257. Não tinha ficado claro. Para
401 mim são duas coisas completamente diferentes. Não dá para manter o GT e depois um dia ele vai
402 entrar. Ele tem um ritmo próprio. O Presidente chega aqui e pede prorrogação de seis meses igual ao
403 José Cláudio está pedindo e nós vamos fazer o quê? Bom, aí ele já tem um ano e nunca se reuniu.
404 Tem seis meses, seis meses ele já tem.
405

406 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

407
408 Maurício, eu vou fechar a janela que abri para você e vou dar continuidade aqui ao meu pensamento.
409 Assim, eu não vejo até que ponto um GT como você está colocando vai ter esse marasmo todo. Não
410 sei, se tem tão pouca gente e não conseguiu se reunir, não vejo assim. Eu acho que tem que dar
411 oportunidade sim para aproveitar as poucas discussões que já foram feitas antes.
412

413 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

414
415 Só um esclarecimento. Não teve, especificamente para esse GT, não teve discussão porque ele foi
416 criado, mas nunca se reuniu. Não tem nada. Só está no papel. Ele só está no papel.
417
418
419
420

421 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

422
423 Na realidade é o seguinte, eu sou o responsável por ele nunca ter se reunido. No dia que eu estava
424 doente ia ter reunião e fui indicado coordenador do GT e foi um problema de agenda. Não foi por falta
425 do segmento não ter solicitado. Isso que quero deixar claro. Foi um problema de agenda minha, na
426 época que estávamos entre outubro e o final do ano uma série de discussões de pilhas e baterias,
427 pneus e por isso que a gente não discutiu e acabou assim e eu disse assim: - Deixa eu acabar com
428 esse negócio e passar para frente com pilhas e pneus e mais uma outra que estava em pauta,
429 principalmente na Resolução de saneamento para depois ir nessa, porque era impossível nós tocarmos
430 ao mesmo tempo.

431
432 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

433
434 Nós não estamos cobrando de qualquer nada. Nós estamos apenas analisando o fato real. O fato real
435 é o seguinte. Esse grupo foi criado e por enquanto não saiu do papel e portanto extingui-la não significa
436 perder nenhuma discussão porque elas não ocorreram. Nós não estamos cobrando isso, é apenas um
437 fato real. o grupo só esteve no papel. Não existe perda de qualidade de discussão ou de tempo,
438 porque não teve produto. Nada. Por isso que a extinção dele ou não extinção, ela não dificulta nada.
439 Eu acho que facilita burocraticamente.

440
441 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

442
443 Alonso, Maurício, Nádja. Vou fazer uma proposta de encaminhamento. Eu fico numa situação meio
444 desconfortável com tudo isso, mas não me sinto culpado, mas foi uma questão de contingência, mas o
445 meu encaminhamento é o seguinte, fazer um esforço, eu vou convocar o grupo nesse meio tempo até
446 para tentar somar, entre o vazio dessa reunião e a próxima reunião da Câmara Técnica nossa, reunir o
447 GT um ou dois dias contínuos e nós tentamos fazer um desenho. E nesse sentido, na próxima reunião
448 da Câmara eu vou poder dizer para vocês. Olha, vai poder avançar e ter contribuição e prorroga o
449 prazo até a próxima reunião. A gente prorroga o prazo do GT até a próxima reunião. Isso
450 regimentalmente é possível, é factível, e aí vamos poder saber se esse GT, esse grupo de lítio vai
451 poder contribuir efetivamente em paralelo junto para esse novo formato de 257 ou não. Eu acho que aí
452 deixa com mais clareza, e aí sim com alguns documentos nós vamos poder discutir essa realidade.

453
454 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

455
456 Sr. Presidente, eu acho interessante o esforço a ser feito, até porque se não sair nada, é porque
457 provavelmente ele não vai ser incorporado. Porque se este grupo não conseguir estruturar
458 minimamente uma idéia de Resolução, olha deve pelo menos tocar nisso, verificar aquilo. Se não tiver
459 um mínimo de conteúdo, a gente acaba com tudo, inclusive com a possibilidade do lítio entrar. Porque
460 se não há conhecimento para produzir uma Resolução, eu acho melhor não fazer porcaria, né? Então,
461 eu acho que o esforço vale e acho que é interessante a proposta e então concordo com a não extinção
462 do grupo em função do esforço que vai ser feito e na próxima reunião a gente vê como evoluiu.

463
464 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

465
466 Tudo bem, pode ser assim. Eu acho que a gente só não pode é condicionar uma coisa a outra. O
467 resultado do grupo à 257. O resto, se ele produzir os resultados a tempo, tudo bem.

468
469 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

470
471 A proposta do encaminhamento é até a próxima reunião lá a gente avalia.

472
473 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

474
475 Eu estou de acordo com a sua proposta.

476
477 **Vera Lúcia de Araújo R. Bezerra - IMARH**

478
479 Também concordo.

480

481 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

482
483 Então, ficou aprovado e deliberado por todos essa proposta. Só para repetir, este prazo, este processo
484 o 2.2 vai ficar mantido até a próxima reunião da Câmara Técnica e nesse meio tempo a gente vai tentar
485 fazer uma reunião do grupo e dar uma resposta e avaliar naquilo que o Cláudio falou, se avançou não
486 avançou, em qual formato vamos tratar essa matéria. Vai vir com a definição de encaminhamento. Ou
487 de extinção ou de avanço ou de uma contribuição para trazer para cá.
488

489 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

490
491 Posso fazer uma sugestão? Eu acho que o grupo parece que existem algumas pessoas que estão
492 interessadas nele. Eu acho que se nós fizermos, se o grupo se reunir dois dias a partir do nada, ele vai
493 produzir talvez uma intenção. Se existir alguma, por mínima que seja, contribuição do tipo a legislação
494 européia diz isso, a americana diz não sei o que, a boliviana diz não sei lá o que, a européia diz não sei
495 o que. Não importa. Se não forem algumas matérias de conteúdo na primeira, olha, desculpe, você vai
496 fazer dois dias de reunião para fazer um protocolo de intenções, e eu acho que a gente pode acelerar
497 se os componentes do grupo já na primeira forem com um pouco mais de conteúdo.
498

499 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

500
501 Alonso, você está entrando na questão do procedimento do GT, eu não entraria nisso aqui, mas
502 certamente eu vou chegar com uma proposta concreta, já com uma minuta inicial de discussão para
503 servir como formato. Vou pedir contribuição para a CNI nesse sentido, já temos discussão nesse
504 sentido e a partir desconta este mais a própria reunião do MMA a gente fechar uma minuta de
505 discussão e aí sim trabalhar em cima de um desenho ou de um rascunho. É claro que todo mundo olha
506 um para o outro e vamos decidir o formato de trabalho. Coloca assim. Foi prorrogado o prazo do GT
507 até a próxima reunião da Câmara Técnica. Vamos para o outro processo. Só tem coisa tranqüila,
508 nossa Câmara não tem coisa complicada. Revisão da Resolução 348. Processo 2000.644.2006-27.
509 Esse processo trata do cimento e amianto. Aonde existe uma proposta de revisão do enquadramento
510 do amianto como elemento perigoso. Essa também foi designado como GT. Houve reunião, eu sou o
511 presidente. Nós fizemos uma reunião complexa, o assunto é muito que acalorado, muito quente, com
512 posições definidas e na reunião do GT nós propusemos um encaminhamento e houve consenso no
513 encaminhamento, porque houve muita discussão técnico científica da matéria, entrou no técnico
514 científico da matéria e muitas pessoas falaram na questão do *achismo*. Um acha que contamina e outro
515 acha que não contamina e então foi encaminhado no fim um consenso da reunião, que essa matéria
516 seria produzida, eu acho que o IPT está fazendo o documento, está fazendo um trabalho em cima disso
517 e ele está concluindo o trabalho. O IPT estava concluindo o trabalho sobre essa matéria. E mais um
518 segmento também estava ocorrendo o trabalho de verificar realmente o risco do amianto como resíduo
519 da construção civil e o que pode causar ao meio ambiente, que é a ponta que quer se discutir. Se o
520 material exposto no ambiente se ele contamina também, quer saber esse limite. Então foi dado um
521 prazo para concluir, eles concluíram os documentos e chegaram já, o prazo que eles tinham, já
522 chegaram. E, agora está vindo para nós dessa maneira e vamos marcar uma nova reunião e eles
523 fazem uma exposição sobre os resultados, e aí nós tentarmos ir para um encaminhamento nesse
524 processo. Então, a prorrogação descaso aí é necessária para que a gente possa concluir essa etapa.
525 Alonso.
526

527 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

528
529 Eu me lembro que eu fui um árduo defensor da revisão desta matéria, por uma razão bastante simples.
530 Esta pergunta eu vou perseguir até o fim. A Resolução do CONAMA, ela coloca o resíduo que não tem
531 amianto em aterros de classe especial, indicando que o amianto é perigoso para a contaminação
532 basicamente de águas subterrâneas. Quando se sabe que a via hídrica do amianto é absolutamente
533 inócua e, no entanto, a via aérea que é perigosa, simplesmente não foi considerada. Então, essa
534 questão ficaria de fundo para ser considerada. Se nós não considerarmos em qualquer posição o
535 tratamento do resíduo a contaminação via inalação, não adianta. Via acosa, via hídrica não existe.
536 Tem milhares de caixas de água de amianto por aí, e não houve jamais qualquer relato de
537 contaminação via hídrica. Não há, não é solúvel. O problema é inalação. Se esta resposta não for
538 nada, não adianta ficar fazendo Resolução. Então, é isso que eu gostaria de apenas enfatizar.
539
540

541 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

542
543 Alonso, como essa matéria está enquadrada, ela já é parte da Resolução, ela enquadrou o amianto
544 como resíduo perigoso, isso é fato. Mas está se revendo justamente nesse sentido que você está
545 colocando, para verificar se realmente tem fundamento, se existe toda uma linha que mostra que não,
546 não tem risco e tem outra linha de pensamento que diz que sim. Então nesse sentido que nós estamos
547 trabalhando para esclarecer uma matéria nesse caso. Realmente, o enquadramento é correto, não é
548 correto? Daí faz um ajuste na Resolução nesse caso se for preciso. É bem nessa linha aí.

549
550 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

551
552 A posição da CNI em relação à prorrogação do GT, ela é favorável à prorrogação uma vez que a
553 discussão da matéria envolve a necessidade de avaliar esse estudo que o IPT está apresentando. Eu
554 só queria deixar registrado que até o momento em algumas reuniões do GT que já ocorreram, não
555 houve nenhuma entidade, seja governamental ou de outra natureza, que apresentasse aquilo que você
556 acabou de mencionar. Há várias entidades que estão apresentando que não há nenhum risco de
557 contaminação na forma como o Alonso defendeu e nenhuma entidade apresentou qualquer evidência
558 de que haja contaminação. Lembrar aos Conselheiros, principalmente a Conselheira nova que está
559 chegando, que esta matéria ela copia uma norma da ABNT que classifica os resíduos em resíduos
560 perigosos e etc, e no plenário do CONAMA, de uma forma um pouco açodada foi colocada a palavra
561 amianto, simplesmente a palavra amianto no resíduo de classe especial que exige ir para um aterro. Eu
562 queria lembrar aos Conselheiros o seguinte, não existe amianto como resíduo da construção civil. O
563 que existe é uma coisa chamada fibrocimento que são as caixas de água, são as telhas que tem 97%
564 de cimento e 3% de amianto e o amianto na forma do fibrocimento ele não se separa do cimento.
565 Então, a principal argumentação, por isso que não causa nenhum efeito, é que ele está absolutamente
566 inerte na forma de fibrocimento. E vários documentos já foram apresentados nessa direção e etc, e o
567 pleito que existe é justamente tirar essa palavra amianto, até porque ela é incorreta tecnicamente. Não
568 existe amianto sobre a forma de substância nos resíduos, o que existe é o fibrocimento assim como
569 existe no tijolo, cerâmica, telha. Você não encontra ela, ela já foi manufaturada e você não encontra a
570 substância amianto, o que você tem é caixa de água de fibrocimento, que é um volume imenso de
571 material inerte que está sendo destinada para uma destinação nobre que é caríssima, e quando não
572 tem risco nenhum, portanto nós estamos fazendo uma imposição e essa imposição rebate muito sobre
573 municípios e principalmente sobre os municípios, porque está ocupando o espaço do aterro que deveria
574 estar recebendo outras substâncias e sim são elas tóxicas. Então, tem que pensar muito e eu queria
575 chamar atenção do Bertoldo por uma questão de equilíbrio nesse ou não que existem posições dos dois
576 lados, mas na verdade nos trabalhos nossos o que você tem é a discussão que o Cláudio Alonso está
577 levantando sobre o amianto em suspensão, mas no âmbito da produção das fábricas e etc, que existe
578 uma discussão muito pesada. E existe a discussão que vem lá de fora da aplicação do amianto como
579 revestimento, jateamento que foi o que causou na origem toda a discussão sobre a contaminação do
580 amianto. Se ele quiser complementar esse é o meu entendimento pode ser que exista alguma coisa
581 residual o sujeito fura uma telha para colocar um parafuso. Eu acho que essa é uma discussão meio
582 esotérica, mas pode ser que seja essa.

583
584 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

585
586 Veja, até porque a minha especialidade é ar, algumas coisas estudei com mais carinho e amianto foi
587 uma delas. Eu acho e por isso que defendi bastante essa revisão, que proteger água utilizando um
588 aterro nobre com material que para água é inerte, é inócuo. Não adianta dizer é perigoso. Ele é
589 perigoso para quem? Para inalação e como resíduo de construção. Ou seja, uma construção sendo
590 demolida, não é um furinho eventual. Uma construção sendo demolida e que contenha o amianto e que
591 sem dúvida alguma esse material se desagrega e que pode se transformar em perigoso sim para
592 inalação. O que eu não gosto é que você use um aterro nobre para um custo caro e ganho ambiental
593 zero. Isso o uso do aterro eu acho que é isso. É custo caro e ganho ambiental zero. No entanto se
594 desprezou ou não se levou em conta os aspectos de inalação que esse sim são caros. Se não houver
595 uma grande documentação de como que num processo de destruição ou demolição de uma casa de
596 um edifício, como que isso atinge por inalação desde o trabalhador até as comunidades vizinhas, isso
597 que eu acho que é importante. Proteger uma água subterrânea por algo que não lhe é danoso, eu acho
598 que é jogar dinheiro fora.

599
600

601 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

602
603 O encaminhamento está aprovado, só o registro para esclarecimento dos nossos Conselheiros, mas eu
604 aprovo tua proposta de encaminhamento de prorrogar o GT.

605
606 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

607
608 Nádja do Ministério das Cidades, sem mais delongas, também aprovo e queria só realmente saber se
609 tem estudos que comprovem isso que na demolição tem esse risco, porque na verdade é como ele
610 disse, não é um resíduo, é um componente, é um item que está dentro de uma coisa já no processo
611 industrial. Eu sou favorável à prorrogação.

612
613 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

614
615 Eu acho que o que a gente tem que se preocupar, Nádja, Maurício e Bertoldo, é com relação às
616 quantidades. Qual é a quantidade desse elemento, até que ponto esse elemento, a quantidade desse
617 elemento ele vai ser prejudicial ou não. Nessa condição eu acredito, Maurício e realmente não estudo,
618 mas eu vou procurar e vou pesquisar e vou me inteirar mais, eu acho que por conta de uma quantidade,
619 ele está associado com outros elementos, ele não está causando nenhum dano à saúde, mas em outro
620 aspecto e outra composição no teor dele poderia sim virou não a prejudicar a saúde. Então, da gente
621 dizer que só porque ele está na condição de fibrocimento, nessa condição ele não está assim, ele está
622 sim lá somado e misturado. Então por isso, mas também concordando com o encaminhamento de
623 prorrogar o GT, mas realmente a gente tem que ter mais estudos mais aprofundados e enquanto
624 Conselheira vou estudar mais para poder debater com você. .

625
626 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

627
628 Eu coloco a CNI à disposição, a gente tem vários estudos, o Ministério do Trabalho tem vários estudos.
629 Eu acho que a gente tem que ter muita clareza aqui e acho que o Alonso foi muito feliz quando ele
630 coloca assim, existe risco? Existe, mas em que condições esse risco existe e para que ele existe, para
631 qual via ele está associado e etc? O que acontece? Amianto é perigoso? É. Foi regulamentado? Foi,
632 tem lei, tem instrução normativa do Ministério do Trabalho, tem decreto e tem toda uma regulamentação
633 sobre como manusear, como produzir, tem toda a regulamentação de saúde e segurança do trabalho
634 que envolve a questão ambiental e a segurança do trabalhador e etc. Nós temos o passivo nessa área?
635 Temos. As fábricas antigas de amianto quando não se tinha ainda consciência sobre os riscos do
636 amianto, eram totalmente desprotegidas no sentido de proteger o trabalhador e etc. Se vocês quiserem
637 a gente organiza uma visita de vocês para algumas fábricas que trabalham tanto com a extração
638 mineral do Goiás que é uma das poucas mínimas que existem no Brasil quanto numa fábrica de
639 cimento, que é a da SAMA e vamos numa fábrica e vocês vão ver *in locu* como é feito, quais são
640 porque já está muito regulamentada essa questão. Eu acho que aqui o que aconteceu foi um erro por
641 falta de conhecimento do plenário, essa matéria eu reitero foi discutida em cinco minutos e foi aprovada
642 em 2 minutos essa discussão sem nenhuma possibilidade de uma discussão mais seria sobre o
643 assunto. A Resolução inclusive já existia. A única coisa que foi feita foi botar a palavra amianto numa
644 Resolução que já existia. Que era a anterior de resíduos, não me lembro o número dela. Era a 307 e
645 virou 348. Se vocês compararem as duas resoluções não tem diferença nenhuma. Eu acho que até
646 estamos sendo bastante democráticos de abrir a discussão e etc, mas o Cláudio, você vê, ele é um
647 especialista nessa área, você vê a convicção que ele fala. Não tem sentido isso. Nós estamos
648 pegando um espaço nobre, o horário nobre da televisão e estamos botando um programa de quinta
649 categoria para passar. Ou seja, a gente não pode fazer isso num país que tem as dificuldades que tem
650 em termos de aterro sanitário e em termos de gestão de resíduos e ainda usar isso dessa forma?
651 Agora, foi feito por uma convicção de determinados segmentos que acham que o amianto tem que ser
652 banido como um todo, mas essa convicção não tem base científica e técnica, infelizmente não tem. No
653 mundo inteiro, nós cansamos de apresentar esses dados aí, está o pessoal do Ministério das Minas e
654 Energia que pode subsidiar a nossa discussão, nós cansamos em apresentar os dados em vários
655 países do mundo é comercializado e agora é regulado, assim como várias substâncias tóxicas e
656 perigosas que são reguladas. Eu acho que o esforço que temos que fazer é realmente de rapidamente
657 fechar esse trabalho do grupo, trazer essa discussão para cá e propor essa revisão no sentido de retirar
658 o amianto de lá. Agora, essa discussão que o Cláudio propõe é uma discussão que a gente precisa
659 aprofundar e que o GT não está tratando mas precisamos trazer pelo menos alguns elementos de
660 convicção para a mesa, os quais eu particularmente até agora, tudo o que eu li sobre a matéria, não

661 sou especialista em amianto, mas tudo o que eu li sobre a matéria nunca vi nenhuma evidências de
662 casos de contaminação pelo manuseio do fibrocimento. Eu não conheço, se você tiver, até seria bom a
663 gente compartilhar isso aí.

664
665 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

666
667 Só gostaria, porque o André está presente e é nosso Conselheiro, gostaria que ele se identificasse e
668 desse a opinião dele e depois você conclui a discussão.

669
670 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

671
672 Para registrar a presença, André Representando os órgãos municipais de meio ambiente. Sem mais
673 delongas, eu sou favorável à prorrogação e também acho que a questão do fibrocimento, amianto e etc,
674 é algo preocupante que a gente precisa dar devida atenção.

675
676 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

677
678 Bem, continuando, eu não tenho dúvida por estudar como estudei, fibras de amianto são cancerígenas,
679 isso não tenho dúvida, quando a via de absorção é a via de inalação, não por ingestão, por líquido e
680 etc. Isso não tem nenhuma evidência, e por isso que me choca essa Resolução porque ela é cara, em
681 termos de administração do resíduo e inócua em termos ambientais. Ou seja, a Resolução como está,
682 ela é inócua, porque ela protege o que não deve ser protegido. Agora, que existem evidências e mais
683 do que evidências de que as fibras de amianto, são danosas à saúde, isso eu não tenho dúvida. Eu
684 presenciei uma vez que eu estava nos Estados Unidos eles enclausuraram toda a biblioteca e entravam
685 todos para destruir toda a parte de amianto que tem lá dentro, não porque estavam protegendo a água,
686 mas porque estavam protegendo o ar das pessoas que estavam ao seu redor e dos trabalhadores que
687 estavam fazendo o processo. Então, que existe evidências que o amianto é danoso, eu acho que não é
688 nem assunto de discussão para esse grupo. O que a gente está discutindo, o GT o que ele está
689 fazendo é verificar se o que está aprovado no CONAMA é adequado. Ou seja, estamos protegendo a
690 água, mas a água precisa ser protegida de uma forma cara? No caso do amianto, não. É uma solução
691 cara para custo ambiental zero. Se você me falar em soluções caras para proteger a via de inalação eu
692 concordo, mas para proteger água, não. Porque não é um problema, é um problema fictício, criado
693 artificialmente. A via de dano do amianto é via de inalação, não é outra. Isso aí a literatura científica
694 tem um monte. Então, eu não acho que cabe a esse grupo nem discutir se nós vamos banir ou não
695 vamos banir. Não é objeto de discussão desse grupo. O objeto de discussão desse grupo é
696 simplesmente o seguinte, é adequada a solução que foi dada pela Resolução do CONAMA ou não? Eu
697 acho que é inadequada, nós estamos protegendo o que não precisa ser protegido e não protegendo o
698 que precisa, você entendeu? É uma resolução inócua que não está sendo cumprida e não vai ser
699 cumprida porque é cara e não tem controle.

700
701 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

702
703 Veja, nós estamos discutindo o mérito e acho que é rica a discussão, porque é importante saber como a
704 Câmara pensa, mas o Maurício fez uma sugestão e acho que talvez até possamos em outro momento a
705 gente fazer uma visita não a uma mina, mas a uma fábrica de fibrocimento, se os Conselheiros
706 quiserem eu acho que vai ser bem didático, vai ser bem-vinda uma proposta nesse sentido a nível de
707 Câmara. Se a gente quiser, mas depois num outro momento quando essa matéria voltar na Câmara a
708 gente possa pensar nisso também.

709
710 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

711
712 Aceito o convite, acho interessante e ilustrativo. Só que a resolução ela trata de resíduo de construção
713 e não de fabricação. Eu acho ótimo porque expresse aprende, mas a Resolução trata de resíduo e
714 construção civil.

715
716 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

717
718 Sem dúvida. Então está aprovada a prorrogação? Está deliberado isso. Qual é o prazo de seis meses?
719 Mais seis meses. Está prorrogado? Deliberado por unanimidade? Então está bom, mais seis meses
720 de prazo. Então vamos entrar no próximo ponto da pauta. O referente é o processo

721 2000.000865.2004-33 referente à proposta de revisão da Resolução 307. O interessado é a Sociedade
722 de Defesa Regional do Meio Ambiente e esse assunto está com a ANAMMA para análise e deliberação.
723 Então vou passar para o Conselheiro André que está responsável de dar o parecer sobre essa matéria.
724

725 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
726

727 Isso veio à pauta um ofício da SODERMA - Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente
728 endereçada ao CONAMA que tratava da não aplicação da Resolução 307 pelos municípios para que
729 eles apresentassem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Resíduo de construção e a
730 partir de então nós tivemos uma consulta a vários municípios e propusemos que efetivamente precisa
731 ser discutida uma reformulação desta Resolução e dando um prazo e principalmente um prazo que
732 possa ser não só cumprido, mas também fiscalizado. Nós acabamos fazendo uma proposta quando
733 fazíamos o nosso parecer que apresentava já para prazos gradativos conforme o número de habitantes,
734 porque conforme o número de habitantes acaba tendo também a questão orçamentária do município, a
735 condição técnica e etc e tal. Então, você estabelece aí um prazo para município de um milhão de
736 habitantes que você tem um período também para fiscalizar se eles cumpriram ou não, porque você
737 tem um número pequeno de habitantes, e aí depois fizemos um outro prazo para município de 500 mil a
738 um milhão e assim sucessivamente, até você chegar a municípios com menos de 50 mil habitantes.
739 Então, este cronograma na verdade facilitaria duas pontas. Um, os municípios menores terem mais
740 tempo, porque tem menos técnicos e etc e buscarmos os mecanismos para cumprir. E também aos
741 órgãos fiscalizadores de estar fiscalizando. Então, você fala assim uma coisa só para o Brasil inteiro
742 ninguém consegue acompanhar. Então, se você tem um número X para acompanhar nos primeiros três
743 meses e no outro um número um pouquinho maior no próximo período, e assim por diante, dar
744 condição de órgãos fiscalizadores auxiliarem, orientarem e fiscalizarem o cumprimento. Então o nosso
745 parecer tem efetivamente a discussão desta Resolução buscando aí especificamente em especial essa
746 mudança de prazo.
747

748 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
749

750 Olha, você faz uma afirmação aqui que eu olho sobre um outro aspecto. Eu concordo com o que vocês
751 estão propondo. Eu acho que é interessante o município observar o seguinte. Que se por um lado um
752 município com menos de 50 mil habitantes tem uma quantidade, digamos assim, de recursos técnicos,
753 sejam eles humanos ou não, para fazer um plano desse tipo eu devo concordar também que o
754 município com 50 mil habitantes, terão um plano extremamente mais simples do que uma Grande São
755 Paulo com dezoito milhões de habitantes que você dá só 3 meses para uma Grande São Paulo,
756 olhando sob um outro aspecto, pela complexidade da elaboração do plano, eu não concordo muito com
757 esse tipo de visão, não. Não concordo, porque a complexidade do plano é diferente. Mesmo que você
758 tenha recursos, a complexidade de 18 milhões é muito maior do que a complexidade de 50 mil
759 habitantes. E, portanto, eu gostaria que esta consideração fosse levada em conta nas nossas
760 discussões e eu em princípio acho que pode ser gradativo, mas não com esse e nem acho que o
761 cidadão em três meses não faz. O segundo aspecto que eu gostaria de levantar é que a fiscalização
762 constitucional, toda a estrutura legal, a fiscalização é do município. É interessante que o município tem
763 a certeza disso. Não pense que o município vai fazer um plano e o órgão estadual vai fiscalizar. É um
764 município que tem constitucionalmente a atribuição de fiscalizar. Fazer o plano e fiscalizar. Agora,
765 essa tabela, me desculpe, ela é um pouco cruel com os municípios grandes que tem um plano mais
766 complexo.
767

768 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
769

770 É, eu acato a sugestão do Cláudio Alonso, acho que é mais a princípio abre a discussão. Pode ser que
771 daqui a pouco a gente abre para três meses e a partir de seis. Eu acho que abre a questão do conceito
772 de que seja gradativo e com isso a gente possa e muitas vezes também o que acontece na prática é
773 que em especial municípios pequenos acabam se utilizando muitas vezes dos recursos humanos de
774 municípios pólos regionais, e aí nesse processo gradativo você prepara um município pólo regional para
775 fazer determinada ação e depois o município pequeno pode ter acesso a este técnico, após ele ter já
776 feito todo o processo do município pólo regional. Então o conceito é esse, eu acho que está correto e
777 concordo que três meses é apertado para São Paulo e outros.
778
779
780

781 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

782

783 E dezoito meses para 50 mil também é muito grande.

784

785 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

786

787 Pode ser dezoito, mas a idéia é estabelecer um novo conceito. Isso aqui é apenas uma proposta para
788 buscar o início de discussão.

789

790 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

791

792 A palavra está em aberto. Vera.

793

794 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

795

796 Eu também, quando li o documento, André, eu achei assim que para uns dilataram mais e para outros
797 apertaram demais. Eu até coloquei a minha pergunta. É possível fazer assim? Mas como a idéia está
798 sendo construir isso nessa idéia dos pólos, eu acho legal, agora se a gente conseguir porque para São
799 Paulo fazer um negócio desse, eu vou te dizer. Está humanamente impossível. Mas eu concordo
800 nessa perspectiva, de ser feita dessa maneira, agora esses prazos aqui a gente tem que conversar
801 mais um pouco a respeito, se vai ser agora, se a gente consegue enxugar, mas para uns dilataram
802 demais e para outros apertaram demais.

803

804 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

805

806 Nádja do Ministério das Cidades. Eu queria dar uma informação a esse respeito, não vi esse
807 documento que está projetado na tela, mas me interessei pelo o que se trata, no nosso modo de ver o
808 Governo Federal, o Ministério das Cidades não cabe só o município tomar uma atitude dele estar se
809 enquadrando. Eu acho que o Governo Federal, no caso, por exemplo, o Ministério das Cidades está
810 tendo uma iniciativa juntamente com a Caixa Econômica Federal que é o nosso agente operador e
811 financeiro do nosso programa de investimentos e temos também uma parceria do Ministério do Meio
812 Ambiente no sentido de divulgar amplamente e agora com esse PAC, esse Programa de Aceleração do
813 Crescimento de apoiar até financeiramente os municípios que necessitarem da elaboração de planos ou
814 entidades, não só o município, no sentido de divulgar amplamente isso, de capacitar e oferecer
815 instrumentos para conhecimento da legislação, o cumprimento dela e de apoio à elaboração desses
816 planos. Então de maio de 2005 até dezembro de 2005, nós fizemos onze seminários, não o Ministério
817 da Cidade sozinho, mais o Meio Ambiente, a FUNASA e Caixa Econômica, nós saímos em caravana
818 escolhemos e marcamos onze cidades capitais para fazer seminários de dois dias e um dia deles era
819 dedicado a RCD. Justamente produziu-se manual para ilustrar geradores os transportadores,
820 coletadores dos municípios, nesse sentido e chamamos o Ministério Público. Então, agora nós estamos
821 ampliando essa parceria envolvendo não só os órgãos ambientais como também os CREAs, os
822 CONFEAs, Tribunais de Conta e envolvendo toda uma gama de instituições justamente para dar
823 suporte para que essa Resolução seja cumprida. Então, eu acho que cabe ao governo federal apoiar
824 essas resoluções do CONAMA quando elas saem de dentro da sua área de atuação fazendo com que
825 os municípios, apoiar os municípios no cumprimento delas. Então, eu acho que essa questão do prazo
826 é importante, mas também é importante o esforço de quem de direito de dar a continuidade e ampliar
827 esses esforços, no sentido de que ela seja cumprida, porque as resoluções são feitas para serem
828 cumpridas.

829

830 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

831

832 É o seguinte, Nádja. Eu tenho uma visão, entendo a preocupação do André de querer colocar prazos
833 diferenciados para os municípios, ter um prazo maior ou menor, eu acho que você colocou uma coisa
834 importante que eu compartilho, é aprovar uma Resolução e com eficácia e ter o monitoramento dessa
835 eficácia. Cabe aí uma cooperação e do Governo Federal estar envolvido. E dar políticas públicas para
836 que essa Resolução aconteça. Senão não adianta nós termos resolução se não temos políticas
837 públicas voltadas para elas. Aí fica aquela história de leis que pegam e leis que não pegam, e se nós
838 prorrogarmos o prazo para mais cinco meses, seis meses também vai crescer. Daqui a dois anos, se
839 nós não tivermos aqui, mas os nossos colegas vão estar, vão dizer, vai prorrogar o prazo porque não
840 cumpriu. Então, a discussão de pano de fundo é um pouco maior. E nós discutimos um desenho, por

841 exemplo, uma Resolução que nós fizemos nós estávamos muito atuante na de refino, em que nós
842 criamos uma metodologia que era um artigo, criamos um grupo de acompanhamento e monitoramento
843 da Resolução. Ele é um ponto focal que permite que esse grupo, ele fomente as discussões, porque a
844 Resolução tem que ver porque ela não está acontecendo e tem que ver quais são as ações que estão
845 sendo envolvidas, os instrumentos, os recursos. Tem muitos municípios, tem que ter apoio e prevê a
846 finalidade. Tem um órgão administrador, porque outros vão ser. Porque você tem que trabalhar com
847 uma série de ações e a idéia do André é ter uma ativa, mas talvez num outro formato. Então eu acho
848 que foi a intenção no sentido de que nós vamos prorrogar o prazo dessa discussão ou vamos abrir uma
849 discussão um pouco mais profunda com eficácia para isso? Eu gostaria que a gente pudesse pensar
850 nesse sentido. Talvez esse possa ser um exemplo de como a gente está monitorando toda a coisa do
851 Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades e os outros o de Energia também.

852
853 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

854
855 Eu gostaria de dar um outro esclarecimento adicional. É o seguinte. Nós por conta da política de
856 saneamento, por conta do que nós estamos deliberando no Ministério das Cidades somando com
857 FUNASA e Meio Ambiente com relação ao cumprimento desse PAC, nós temos um PPI, Programa
858 Prioritário de Investimento em cima desse PAC para esses quatro anos que é o recurso que vai ser
859 protegido de corte e contingenciamento, na área de resíduos, eu falo de resíduos geral, mas está
860 atingindo resíduos de construção, porque as linhas de apoio financeiro que nós temos o Ministério das
861 Cidades que atendem resíduos de construção, ela está única e exclusivamente por enquanto, eu até
862 defendi que ficasse também na de recurso não oneroso, na de recurso oneroso o Ministério da Cidade
863 é o gestor da aplicação de recursos do fundo de garantia que é o saneamento para todos. Tem a
864 modalidade do tomador público e a modalidade do tomador privado, por enquanto só na do tomador
865 privado. Então o que aconteceu? Nós estimulamos nesses eventos também a de tomador público. O
866 que aconteceu? No meio do caminho, depois que os municípios entraram com as propostas o
867 Conselho Monetário Nacional mandou vetar e tirar. Nós criamos uma linha para isso, ampliamos um
868 fundo de garantia para atender isso também, porque tinham entendido que isso é mais do que o setor
869 privado e então não vamos dar recurso oneroso para municípios onde quem tem a concessão é o
870 privado. E aí colocaram só na linha do fundo de garantia, mas o Conselho monetário e Banco Central
871 mandou tirar. Não quero que os municípios se por conta de um assunto que é para o setor privado.
872 Mas mesmo, o Ministério entende e nós estamos tratando a questão do resíduo agora por esse PAC
873 com consórcio. Nós não queremos atender resíduo mais município isoladamente. Se também tiver
874 consórcio e resíduo de construção é o que nós queremos. Então o Ministério da Cidade acha que da
875 escala não só para resíduo, construção com resíduo geral, nós queremos trabalhar organizando
876 consórcio e Gestão associada para tratar o resíduo como um todo. Nós não aceitaremos mais junta um
877 ou dois municípios. Vocês vão liberar só através de consórcios? Então, eu estou aqui com esse
878 município me consorciando. Não, nós vamos respeitar a autonomia dos estados. Se o estado recorta
879 por a bacia hidrográfica vamos ver a colocação, como se juntam os municípios, vamos criar a figura do
880 consórcio, criar a figura do agente regulador e ajudar os municípios a se reunirem e os estados que são
881 responsáveis pelo planejamento, isso vale para resíduo de construção. Vamos fazer um plano de
882 gerenciamento de resíduo que também tem o seu pedaço de construção. Então, nós não queremos
883 trabalhar mais isoladamente. Então isso também é uma saída e a gente precisa avançar, não só o
884 Ministério das Cidades, mas dando a mão para a FUNASA que também atua numa faixa de municípios
885 até 50 mil habitantes. O Ministério das Cidades vai atuar acima de 50 mil habitantes e o MMA vai
886 ajudar em outras frentes e órgãos ambientais para o licenciamento desses projetos. Então cada um no
887 Governo Federal vai ter seu papel e cada um tão importante quanto o outro. Eu acho que nós temos
888 que fomentar a aplicação dessas resoluções que saem aqui do CONAMA. Botar na prática, porque nós
889 não estamos aqui representando o Ministério apenas para respaldar uma Resolução e virar as costas,
890 não. Eu acho que o nosso trabalho não acaba aqui do Governo Federal. Ele tem um papel continuado.
891 E o Ministério do Meio Ambiente também com órgãos ambientais. As linhas de apoio financeiro existem
892 e nós precisamos aperfeiçoá-las com o apoio de todos e precisamos tratar a coisa em escala. Eu acho
893 que é o que nós queremos, eu acho que Graças a Deus que se pensou desse jeito e se deliberou
894 assim, que bom. Nós não queremos ser responsáveis pelos lixões que estão aí, porque soltar coisa
895 complicada pontualmente sem planejamento, sem ter um plano, sem ter uma entidade reguladora,
896 quem vai fiscalizar e quem vai testar que seja privado ou público, isso aí a decisão é dos municípios,
897 eles têm autonomia para isso, é isso que eu queria acrescentar.

898
899
900

901 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

902

903 Bom, eu tenho dois comentários para fazer. O primeiro, eu acho que toda vez que a gente enfrenta o
904 problema de eficácia de uma Resolução, a gente começa a entender um pouco melhor as dificuldades
905 de cada um dos entes do sistema do SISNAMA para implementar as resoluções do CONAMA. E esse é
906 um caso em que eu acho que é bastante ilustrativo. Ou seja, a gente não diferencia por porte, não
907 diferencia por região, não cria instrumentos diferenciados, e isso a gente reiteradamente a gente vem
908 tendo aqui, e no CONAMA no plenário e depois você pensa num determinado tipo de instituição que
909 aparentemente vai dar conta do recado e depois você vê que não dá. Agora, esse problema é
910 absolutamente compatível e aparece de forma reiterada nas resoluções que procuram criar obrigações
911 para o setor privado. Você fala que todo mundo tem que recolher pneu, aí você pensa na *Firestone*,
912 você pensa naquela multinacional que tem muitos recursos, que tem muito dinheiro e pode fazer e isso
913 não é nada para ela, mas você esquece de um monte de empresas que estão incluídas na Resolução e
914 não tem estrutura para sair coletando pneu de forma alguma, como também não tem estrutura para
915 coletar pilha e como não tem estrutura para coletar lâmpada, e por aí afora. Então, eu acho muito
916 interessante que essa proposta que você está fazendo deveria ser uma proposta como um *benchmark*,
917 para a gente aqui pensar nas outras resoluções que a gente está fazendo que são inaplicáveis por
918 conta do fato de que você acha que solta a Resolução e ela vai flutuar e vai se resolver. Então esse é
919 um primeiro ponto que eu queria chamar a atenção que eu acho que a mesma dificuldade que os
920 municípios enfrentam as empresas também enfrentam, os governos de estado, uma coisa é falar de
921 São Paulo e outra coisa é falar do Maranhão. Nós não precisamos entrar em detalhes para mostrar que
922 a diversidade precisa ser considerada e que as obrigações precisam ser diferenciadas. É o princípio de
923 que você faz obrigações diferenciadas para entes diferenciados. Isso é muito importante e eu acho que
924 a gente devia estar extremamente atento e nesse sentido eu felicito muito a sua proposta porque eu
925 acho que ela vai nessa direção. Porém, eu acho que tem duas coisas que talvez a gente olhando a
926 Resolução aqui, eu acho que tem duas coisas que foram inovações na ordem jurídica recente que
927 precisam ser de alguma forma incorporadas. Eu diria que tem até uma terceira e vou mencionar e ver
928 como a gente trata isso. A primeira é a questão que já foi mencionada da lei dos consórcios públicos.
929 Eu acho que isso é uma coisa que não existia na época da Resolução, está regulamentada e acho que
930 um instrumento de possibilitar a execução de uma Resolução feito essa é justamente a dos consórcios
931 públicos. A segunda legislação que não existia também na época e que talvez afete, eu tenho um
932 pouco de dúvida, mas deveria ser pensada é que além das alterações que estão sendo feitas agora no
933 PAC na Medida Provisória com a lei de licitações, mas a própria PPP, porque não é bem a concessão
934 para o setor privado, mas a própria PPP. Se eu construir uma PPP que faça toda essa gestão e
935 gerenciamento, eu acho que se isso tivesse espaço na Resolução isso facilita você dar financiamento e
936 etc, uma série de coisas até pela própria estrutura da PPP. Então, eu acho que são duas coisas, e a
937 terceira coisa eu não sei, essa que eu tenho dúvida se aplica ou não, mas são projetos de mecanismo
938 de desenvolvimento limpo e toda a parte que está crescendo muito nessa área e particularmente a área
939 de aterros sanitários e não sei se nesse caso como se trata de plano de gerenciamento se isso teria
940 algum impacto aqui. Essa eu tenho dúvida, mas queria chamar a atenção, pelo menos tem duas
941 legislações que mereciam, antes da gente, se eu estou entendendo, nós vamos fazer uma proposta de
942 alteração dessa Resolução, não é isso? Então, eu acho que antes da gente bater o martelo, isso aqui
943 não é suficiente. Eu acho que valeria a pena ganhar mais um tempo para aprofundar essa discussão,
944 porque da nossa parte a gente vai dar uma contribuição em relação a essa Resolução visa a lei de
945 consórcio e da PPP, e a de saneamento foi feita e então a gente precisa dar uma pensada e eu pediria
946 um prazo maior aí, alguma coisa até a próxima reunião para a gente poder conversar e passar alguma
947 sugestão para o André e consolidar a nossa proposta de revisão da Resolução na próxima reunião.

948

949 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

950

951 Antes de passar para o André, eu queria colocar o seguinte. Eu concordo, como eu falei inicialmente, o
952 assunto não é simplesmente a prática. Eu acho que tem um pano de fundo mais complexo. Avaliar a
953 eficácia de uma Resolução, eu não sei, se André chegou a tentar fazer um esforço, eu não sei saber
954 quantos municípios hoje atenderam a Resolução. Você sabe quantos atenderam? Sabemos? As
955 OEMAs podem entrar com essa informação? Eu acho que é importante para a gente poder ter uma
956 referência e aquelas que atenderam estão funcionando?

957

958

959

960

961 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

962
963 Me desculpe, posso fazer uma interrupção? O que acontece é que e a Nádja vai concordar comigo,
964 esse período dos últimos três anos foi muito tumultuado nesse campo, porque como você estava
965 discutindo a lei de saneamento e não sabia várias coisas, muitas coisas ficaram paradas, porque um
966 município não vai investir na construção de uma determinada política de gerenciamento para resíduos
967 sem ter um marco regulatório. Ele não sabia nem se ele ia ter direito ou não sobre a questão do
968 saneamento. Então, eu diria assim, é evidente para mim que a Resolução ela ficou prejudicada pelo
969 próprio ambiente mais global nessa área. Eu só estou dando esse dado, porque eu acho que talvez
970 fosse injusto a gente fazer um levantamento desse tipo e vamos supor que viessem poucos municípios
971 implementando e a leitura que a gente fizesse fosse de incapacidade de implementação. As vezes não
972 é incapacidade, é que o marco regulatório está sub judice e isso paralisa o conjunto dos investimentos
973 no município, até porque ele não consegue crédito na Caixa Econômica e etc, então você paralisa um
974 monte de coisas. Então, acho que o que a gente deveria fazer até agora como definiu melhor, não está
975 100% definido porque ainda faltam algumas coisas, mas como você tem um avanço significativo, a lei
976 de saneamento básico, a lei dos consórcios públicos e a lei da PPP, eu acho que o mergulho nessa
977 Resolução poderia ser mais amplo no sentido de dar para ela eficácia juntamente com os nossos
978 instrumentos.

979
980 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

981
982 Eu concordo com você. Só que a gente não pode ter uma visão porque essa Resolução tem cinco
983 anos, não foi só ano passado. Prazos se concluíram, mas ela está em vigor desde o mandato. Essa
984 leitura de saber quantos municípios atenderam, até você pode avaliar o porte do município para saber
985 se os maiores atenderam, os menores quem atendeu desse extrato que o André coloca aqui para fazer
986 um esclarecimento e você saber o que está funcionando realmente. Porque daí, e vou passar a palavra
987 para o André para mais algum comentário, mas eu concordo que é mais profundo, concordo que não
988 temos condição de uma decisão agora e também entendo que vai precisar fazer uma revisão desse
989 recurso de uma forma mais ampliada, por isso todo pensamento colocado vem a esse encontro. Mas
990 antes de uma revisão, é bom ficar um pouco mais fundamentado não só na questão do prazo. Porque
991 tem outros pontos também. E permite uma condição melhor de avaliação. Só passar para André.

992
993 **Roberto Alves Monteiro - SRA/MMA**

994
995 Só um aparte. Roberto Monteiro, ex-conselheiro honorário. Só para informação, o CONAMA contratou
996 alguns consultores e está fazendo um trabalho sobre aplicabilidade das Resoluções do CONAMA e
997 ontem até vi um primeiro “...” que já estava sendo produzido por esse grupo, está levantando a
998 efetividade e aplicabilidade das resoluções e pode ser que nesse trabalho venha contemplado esses
999 cenários e essas informações que você citou.

1000
1001 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1002
1003 Obrigado, Roberto. Vamos atrás dessa informação. André, por favor.

1004
1005 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1006
1007 Eu acho que as falas foram importantes, porque apontaram exatamente isso de como o nosso parecer
1008 era provocado apenas por um outro pedido do dia seguinte, discute-se o prazo acabou que o nosso
1009 parecer se debateu sobre o prazo. Mas ao pautar isso nessa Câmara Técnica, a gente se atém a
1010 exatamente isso, ele tem várias coisas desde 2002 que precisam ser rediscutidas, reformuladas e
1011 recolocadas aí nessa revisão de Resolução. Não sei se já é o documento adequado e a gente apontou
1012 várias questões e uma eu concordo que acho que a gente tem que usar talvez como metodologia nossa
1013 que a gente tem que começar a usar exatamente isso, sua aplicação das resoluções, trabalhar por
1014 tamanho, seja município, seja empresa, seja estado e seja quem for conhecer as diferenças brasileiras,
1015 isso é fundamental para garantir sua aplicabilidade. Não adianta tratar como iguais os diferentes. E aí
1016 o que eu pergunto a este grupo, a esta Câmara Técnica, é se seria já ou não, o caso de nós montarmos
1017 um Grupo de Trabalho e se porventura se encaminhar nesta direção de que comece esse grupo de
1018 trabalho já a estudar a reformulação desta Resolução, eu me coloco em disposição para contribuir, não
1019 sei se nós temos já todos os subsídios ou não, eu acho também que muitos desses subsídios podem

1020 ser conquistados com o trabalho desse Grupo de Trabalho, e então é uma pergunta que eu faço aos
1021 companheiros da Câmara técnica para que possa ser analisado por nós.

1022

1023 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1024

1025 Eu ia fazer uma intervenção e o Roberto Monteiro roubou minha fala. (risos) Mas aí eu reforço, sem
1026 dúvida alguma. O CONAMA nos enviou no final do ano passado a todos os Conselheiros um
1027 questionário solicitando priorização para que se faça uma avaliação da efetiva aplicação das
1028 Resoluções. Eu acho que não há ainda uma definição, provavelmente estão tabulando ainda, porque
1029 foi até 22 de janeiro o prazo de entrega, mas eu gostaria que assuntos desse tipo fossem colocados,
1030 até porque eu vejo alguma coisa que me deixou um pouco incomodado. Eu vou ser bastante honesto
1031 como sempre e assumo as consequências sobre isso. A gente tem que entender essa solicitação da
1032 ANAMMA dentro de um contexto onde o próprio Governo Federal tem incentivado dentro das tripartes a
1033 responsabilização dos municípios sobre questões ambientais. Essa é uma questão ambiental objetiva
1034 com Resolução pronta e seria interessante que a gente tivesse sim uma resposta a esta provocação de
1035 uma Resolução do CONAMA aos municípios, qual foi a resposta que eles deram. Porque existe muita
1036 controvérsia sobre, até com o Ministério Público e etc, sobre a efetividade do município de fazer
1037 licenciamentos. Não estou colocando em dúvida nada. Mas eu gostaria de ter fatos que me fizesse
1038 mais confortável em me posicionar. Quanto à posição colocada pelo André, sobre a formação de um
1039 Grupo de Trabalho, eu seria contra. Eu sugeriria, bem sugestão mesmo que a própria ANAMMA
1040 fizesse o seu Grupo de Trabalho, levantasse suas questões e trouxesse uma posição mais pronta para
1041 que eventualmente uma Resolução do CONAMA seja feita. Isso teria várias vantagens. A primeira
1042 vantagem é do município começar a se firmar como um agente público efetivo da questão ambiental.
1043 Ou seja, os municípios se reúnem, verificam as suas dificuldades, verificam seus problemas e propõe.
1044 A proposição, a pró-atividade, eu acho que ela é importante no ganho de espaços. Então, eu preferiria
1045 que os próprios municípios através dos seus órgãos de representação estudassem a questão e viessem
1046 com a proposição ao invés de criar um grupo no CONAMA. Eu acho que daria ao município uma
1047 postura de agente público na questão ambiental que cada vez mais passa a qualificar efetivamente
1048 como agente ambiental e determinado tipo de questionamento pare de existir. Então, eu seria contra e
1049 sugeriria que você levasse no seu órgão de representação esse tipo de postura. Eu acho que é muito
1050 interessante a pro-atividade para ganhar o espaço.

1051

1052 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1053

1054 Antes de você responder o Alonso, eu acho que no que pese, concordo com o que você mencionou e
1055 acho que particularmente a mensagem que você quis dar aí de participação mais ativa dos municípios
1056 na formulação e na execução da política de meio ambiente, eu acho que a gente deveria criar um
1057 Grupo de Trabalho, sim. Porque isso não vai impedir ao André de mobilizar seus pares e mobilizar a
1058 ANAMMA e etc para a criação, mas abre claramente. Eu não sei se a questão é trazer a posição da
1059 ANAMMA para cá. Eu acho que o mais importante aqui é realmente a gente conseguir costurar várias
1060 coisas que a Nádja mencionou do Ministério das Cidades, programas que estão em ação, Ministério do
1061 Meio Ambiente e etc, as OEMAs, eu acho que o Grupo de Trabalho pode ser um espaço, desde que
1062 organizado com o foco na revisão da Resolução e certamente por exemplo o setor privado eu tenho
1063 várias associações endereçadas em concessões públicas e etc que gostariam de participar de uma
1064 discussão e particularmente o setor de construção civil que está espalhado pelo Brasil também vai
1065 querer participar. Então, eu acho que o Grupo de Trabalho em que pese, eu concordo com tudo o que
1066 você falou, porque a gente precisa incentivar e etc, mas eu acho que o Grupo de Trabalho, nós não
1067 temos como fugir da abrangência e da democracia que o grupo de trabalho proporciona. Então eu
1068 proporia ao Grupo de Trabalho, mas reitero todas as suas palavras no sentido de estimular a promover
1069 uma discussão com os municípios e garantir uma participação mais efetiva dos municípios.

1070

1071 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**

1072

1073 Nádja do Ministério das Cidades. Eu tenho minhas dúvidas tanto se cria ou se não cria. Realmente
1074 não tenho uma posição formada se é importante. Se a gente acha que a Resolução precisa ser
1075 aperfeiçoada e não se trata só da questão do prazo, eu acho que se tem muita coisa para se rever e
1076 acho que criar um Grupo de Trabalho, tudo bem. Mas aí eu já concordo com ele, se for só com a
1077 questão do prazo, eu acho que concordo plenamente com tudo o que o Alonso falou, mas de toda
1078 forma também ele tem razão com relação ao que ele colocou da gente reunir todo esse que não é só
1079 trazer a posição da ANAMMA para cá, se reunir, fazer um grupinho e tal. Então, não tenho uma

1080 posição formada, eu não estou acompanhando par e passo o que está acontecendo, mas o que eu
1081 acho que a gente tem que procurar aperfeiçoar, se é criando um novo Grupo de Trabalho, se é não
1082 criando, eu acho que temos que fazer um esforço e a Câmara tem que se preocupar com isso.

1083
1084 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

1085
1086 Assim, em termos de acompanhamento mesmo, igual a Nádja, também não tenho isso. Mas uma coisa
1087 que a gente tem dentro da militância das entidades ambientalistas, sócio ambientais, é muito isso que o
1088 Cláudio Alonso colocou, essa questão da pró-atividade. Isso é essencial para os municípios, para as
1089 entidades que fazem parte desses municípios e outros movimentos que vão ser gerados a partir disso,
1090 mas uma coisa a gente tem que pensar, que nós estamos fazendo uma avaliação ou reavaliação ou
1091 considerando vendo realmente a eficácia e eficiência das resoluções. E nesse aspecto eu vejo que não
1092 é uma coisa apenas da ANAMMA e municípios, eles têm que se fazer presentes, porque lá na ponta
1093 que isso vai acontecer, mas eu acho também que temos que ter esse esforço conjunto. É importante
1094 esse documento que está sendo feito pelo CONAMA? É. É importante as informações que você vai
1095 trazer como coordenador, como agente mobilizador ou como ponto focal, ou seja lá como a gente
1096 queira chamar? É importante. Se for nessa perspectiva da gente construir um estudo, ver como
1097 realmente isso vai ser feito, eu concordo que a gente precisa de um Grupo de Trabalho. Porque só a
1098 energia do município não vai ser suficiente, porque a gente tem outras coisas ainda a considerar. É
1099 nesse sentido.

1100
1101 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1102
1103 É buscando nesta ação de ser o mais pró ativo, mas ao mesmo tempo preocupado com o município,
1104 que não pode ser o único, porque senão nós temos uma visão distorcida de uma proposta de
1105 Resolução, você tem que necessariamente trazer a proposta da ANAMMA sim, fazer todos os
1106 municípios debaterem, dialogarem, verem o que é melhor para os municípios e a melhor forma de
1107 aplicação, fazer isso, mas fazer isso somado com os pareceres da área empresarial que vai dizer se
1108 fizer isso, tem isso porque na realidade é outra realidade, porque se nós não levarmos em conta na
1109 hora que fazemos nossa proposta que no final vira um *frankstain* porque a gente acaba retalhando toda
1110 ela no segundo momento e ela acaba não se desconectando novamente. Então, sem estar discutindo
1111 com o setor produtivo e sem estar discutindo com a sociedade civil no momento em que a gente está
1112 elaborando essa proposta eu tenho medo que essa proposta cabe não tendo então a clareza que
1113 precisa do contexto geral da sociedade. Então é pensando nisso que nós estamos sendo um pouco
1114 pró-ativos e dizendo o seguinte. Eu acho que poderíamos provocar sim e coordenar sim um Grupo de
1115 Trabalho e acho que nós podemos fazer nossa tarefa de casa de elaborarmos nossa proposta inicial
1116 antes do início desse Grupo de Trabalho, mas ao conversar com esse Grupo de Trabalho é só uma
1117 proposta de abrir o diálogo, porque a partir dali todos esses elementos tem que estar somados, e então
1118 acho que é nessa proposta que a gente quer criar um grupo de trabalho principalmente porque tem um
1119 detalhe importante. Quando você faz um estudo, um levantamento de informações somente de um
1120 órgão como a ANAMMA, você acaba não provocando uma participação, uma dedicação mais efetiva de
1121 outras instituições, seja ela setor empresarial, seja ela sociedade civil e etc e tal. Então quando você
1122 cria o Grupo de Trabalho, eles efetivamente vão estar participando, discutindo para que a gente possa
1123 trazer uma proposta de Resolução mais adequada à sociedade.

1124
1125 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1126
1127 Eu concordo e acho que na essência a gente concorda com tudo. No entanto, eu insisto na minha fala
1128 inicial. Em que pese, por exemplo, se a ANAMMA resolver fazer um Grupo de Trabalho, levantar suas
1129 questões e trazer para cá sem a opinião do empresariado, por exemplo. Você sabe que eu gostaria
1130 muito disso? E eu digo porque. Às vezes a gente está num nível de discussão que não leva em conta
1131 muito a realidade do município, porque não é nossa prática diária. Então, mesmo que você traga uma
1132 proposta com alguns itens inexequíveis, eu gostaria muito de saber que isso é uma dificuldade do
1133 município, mesmo que às vezes alguma questão que é relacionada com o empresarial num primeiro
1134 momento não tenha sido levada em conta e que depois ela pode ser formulada, mas é um momento de
1135 reflexão que o município tem e que contribui com a gente, para que a gente haja de forma menos
1136 imperial, está certo? Os Estados e o Governo Federal ou as entidades num nível que não seja o nível
1137 municipal, se elas não tem esta alimentação, elas agem de uma forma imperial. Começam a impor ao
1138 município, por exemplo, como impôs essa e que não deu em nada ou muito provavelmente não deu em
1139 nada, não se tem dados, porque muitas vezes não se leva em conta os aspectos locais, mesmo com

1140 falhas e mesmo que ela saia com alguma retalhação, mas a opinião do município que pode ser feita
1141 através de um documento, não necessariamente no formato de uma Resolução, mostrando quais são
1142 as principais dificuldades de ordem econômica, da necessidade institucional de se criar consórcios, mas
1143 que seja uma coisa muito espontânea e muito municipal, eu acho que ela seria muito rica. Eu como
1144 represento um Estado e sempre tenho uma preocupação muito grande de ter uma visão nacional na
1145 hora que eu faço proposições. Quando chega no município, até pela quantidade imensa de municípios
1146 que tem, eu acho que a gente é muito distante. Mesmo com algumas falhas, uma proposição nem que
1147 não seja no formato de uma Resolução, mas um documento que mostre quais são as dificuldades,
1148 necessidades e possibilidades de um município, que seja feito puramente pelos municípios, eu acho
1149 fundamental, até que não tenha outras interferências, mas que o município se manifeste como tal, eu
1150 acho fundamental isso.

1151

Bertoldo Silva Costa - ABES

1152

1153
1154 Só tentar fazer uma proposta de encaminhamento aqui nessa matéria. É o seguinte. Nós temos esse
1155 assunto foi motivado pela SODEMA, a qual quando chegou aqui à Câmara Técnica a gente designou
1156 em procurar a ANAMMA para dar um parecer sobre o assunto, já que tinha um vínculo direto com o
1157 município e a aplicação dessa Resolução, parte para uma ação conjunta de recursos hídricos ou o setor
1158 empresarial e construção, é uma ação conjunta, a Resolução ela passa a ser responsável. Então
1159 queria definir um prazo para cumprir isso. Os prazos estão estourados há muito tempo. A minha
1160 proposta de encaminhamento é a seguinte, em função do que a gente discutiu agora, a gente
1161 encaminhar esse processo para a SQA para que ela dê um parecer sobre a matéria e mostrando para
1162 nós qual é a eficácia da Resolução, qual é a dificuldade que tem, porque a SQA trabalha na nossa
1163 Câmara com assessoria técnica e que mostra para nós a questão da necessidade ou não da revisão da
1164 Resolução. Por isso o parecer técnico com base num documento que nesse processo ainda não se
1165 manifestaram nesse momento, o processo não passou pela SQA ainda, então a gente encaminharia
1166 para eles expondo isso e pedindo que fosse analisada essa demanda e também verificasse a eficácia
1167 da Resolução, quantos municípios atenderam ou não a esta Resolução e quais são as dificuldades que
1168 tem na sua implementação. Com base nisso aí, retornaria para a gente a revisão da introdução.

1169

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

1170

1171
1172 Eu concordo com esse tipo de procedimento, não tem problema algum, mas eu insisto que vai muito
1173 também um pouco do que o Maurício falou. Não adianta apenas eu chegar e tabelar 18 municípios
1174 fizeram. Tabelas desse tipo elas no geral não servem para nada. Dezoito municípios de quantos
1175 habitantes? Em São Paulo eu já vi muita mistificação desse tipo e não sei quantos municípios de tantos
1176 habitantes os grandes municípios que tenham boa parte da população que geram o problema
1177 simplesmente falar o número de municípios pode ser uma estatística extremamente não correta. Eu
1178 gostaria muito nas estatísticas de saber de uma forma honesta e eu acho que é, eu gostaria de uma
1179 forma clara, os que não cumpriram esta Resolução, que dificuldades têm? Não é porque você é feio ou
1180 malvado. Não, existem dificuldades reais? Às vezes tem dificuldades econômicas, não tem dinheiro
1181 para fazer. Então é esse feedback que eu gostaria de ter. Os que não cumpriram porque não
1182 cumpriram, qual a dificuldade que tem e qual é a solução para essa dificuldade. Assim a gente constrói
1183 alguma coisa, agora se a gente ficar viajando na maionese, falando sobre uma coisa que não cabe, eu
1184 acho que não...

1185

Bertoldo Silva Costa - ABES

1186

1187
1188 Maurício tinha feito uma proposta de encaminhamento e vou repetir. Esse processo está aberto, ele
1189 tem um parecer agora dado pelo André e a Câmara Técnica tem o suporte técnico da SQA. E minha
1190 proposta é que a gente encaminhe esse processo para uma manifestação da SQA tendo como base
1191 que eles procurem nos dizer quais são as dificuldades que tem que vem para essa Resolução e se
1192 possível saber quais são os municípios e aspectos que possa ter licenciado, melhor. Não fica só falar
1193 do número do município, porque às vezes tem município pequeno que é pobre e município que é
1194 grande que tem muita construção civil. Então isso é muito relativo. Então, pelo menos a gente ter um
1195 parecer técnico nessa questão de quais as dificuldades que o município vem enfrentando para tratar a
1196 Resolução e como se encontra a eficácia. Com base nisso a gente volta à Câmara e estimula ou não a
1197 revisão da Resolução e os pontos de discussão para debate. Todos concordam com esse
1198 encaminhamento?

1199

1200 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**
1201
1202 Concordo.
1203
1204 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
1205
1206 Concordo.
1207
1208 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**
1209
1210 Pelo que estou entendendo a sua sugestão é que a SQA acionaria tanto a ABEMA como a ANAMMA
1211 para saber como está o estado da arte.
1212
1213 **Bertoldo Silva Costa – ABES**
1214
1215 Ela vai ver o procedimento para dar a resposta, ou IBAMA ou órgãos estaduais.
1216
1217 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**
1218
1219 A quem de direito? Concordo.
1220
1221 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**
1222
1223 Concordo.
1224
1225 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1226
1227 ANAMMA concorda.
1228
1229 **Bertoldo Silva Costa - ABES**
1230
1231 Então fica deliberado esse encaminhamento, uma tarefa para a SQA que já até veio falar comigo. Mas
1232 acho importante a gente tentar fazer um esforço para buscar esse encaminhamento. Vamos para o
1233 próximo item de pauta? Cinco minutinhos. Cafezinho só cinco minutos.
1234
1235 **Intervalo**
1236
1237 **Bertoldo Silva Costa - ABES**
1238
1239 Bom, vamos depois do cafezinho retomar ao nosso último ponto de pauta sobre o processo
1240 2001.001037/2002-98. É sobre a proposta de regulamentação da movimentação interestadual de
1241 resíduos perigosos. Esse assunto o interessado foi o próprio IBAMA, e ele está em pauta para análise
1242 e deliberação da proposta de Resolução. Nós criamos o Grupo de Trabalho sobre essa matéria, esse
1243 Grupo de Trabalho foi coordenado pela APROMAC, foi dado o prazo, prorrogado o prazo e foi
1244 encaminhada para nós a minuta de Resolução. Na última reunião sobre essa matéria nós tínhamos
1245 conversado com a APROMAC para que se fizesse mais uma reunião para tentar fechar e trouxesse os
1246 pontos em aberto para a discussão. Está na proposta. Nós da Câmara temos acompanhado sempre o
1247 relato dessa matéria, o quanto é complexa essa matéria, e o quanto tem pontos de divergências muito
1248 fortes e pontos que estão aí dentro que ainda não tem uma solução definida. Como é uma Resolução
1249 que o GT funcionou e pelo o que nós temos os registros houve pouco movimento das OEMAs, e é uma
1250 Resolução que propõe deliberar ações e deveres para as OEMAs e elas vão tem uma ação efetiva, eu
1251 acho que falta um ponto importante de cumprir a Resolução. Então eu vou propor antes de entrar na
1252 discussão no mérito da matéria vou propor uma forma de encaminhamento se os colegas concordarem
1253 a gente pode fazer, se não acharem a gente pode abrir para discutir. A gente pode, ao modo que nós
1254 fizemos em refino, ao modo que fizemos na Resolução de saneamento simplificada, nós em conjunto
1255 com a SQA, chamamos as OEMAs de uma forma para elas virem formalmente conversar sobre o tema,
1256 propormos uma discussão com eles em que eles vão ser os operadores da Resolução, e daí a gente vai
1257 avaliar desde a lógica, se a Resolução é realmente importante, se precisa de Resolução, se eles
1258 acharem que não, vamos já discutir, mas se acharem que sim as contribuições de ajustes precisam ser
1259 feitas. E nesses seminários, aí essas contribuições vão voltar em nível de Câmara Técnica, são as

1260 contribuições em que se faz ajustes necessários e encaminha para frente. No sentido da gente tentar
1261 evitar conflitos na frente, porque aqui nós acharmos que nós temos condições de discutirmos vão ter
1262 pontos que vão estar insolúveis e vamos para frente e esse processo vai se arrastando. Então, a
1263 proposta objetiva é essa para que a gente solicite à SQA e seja realizado um encontro para definir o
1264 formato e esse formato se convoque com apoio do governo para que eles venham participar da reunião
1265 e nós participamos dessa reunião também, a Câmara participa da reunião, vamos fazer um Fórum de
1266 discussão e ouví-los para a discussão e nesse momento volta à Câmara e todas as partes envolvidas
1267 nesse caso, mas principalmente as OEMAs que são todas as operadoras nesse sentido porque há um
1268 ponto importante que não foi solucionado e queria ouvir vocês primeiro nessa proposta objetiva que eu
1269 fiz para depois dar prosseguimento.

1270

1271 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1272

1273 Eu acho que sou o único OEMA aqui hoje. Em princípio eu estou plenamente de acordo. Eu acho que
1274 tem que haver uma discussão profunda com as OEMAs sobre o tema, porque é uma questão
1275 basicamente estadual, como que o estado vê a movimentação desse tipo de material no seu território.
1276 Concordo plenamente e gostaria de colocar duas questões que eu acho que elas são de fundo para
1277 essa discussão. Que a minha prática aqui tem me levado a fazer o seguinte e quando eu vi essa
1278 Resolução eu acho que vou fazer como sempre. Toda vez que aparecer uma nova proposta de
1279 Resolução, eu vou fazer a seguinte pergunta, vamos tentar resolver qual problema ou evitar qual
1280 problema? Porque às vezes me parece que algumas Resoluções tem caráter meramente burocrático.
1281 Ou porque é chique, ou porque é moda, ou porque alguém ouviu falar não sei aonde e quer fazer igual
1282 e é o caso do amianto. A gente não resolveu problema algum e o problema que precisava ser resolvido
1283 não resolvemos. Então, eu acho que o ponto principal desses seminários com as OEMAs é o seguinte,
1284 que problemas existem que eu preciso resolver ou evitar. Se não há um problema a ser resolvido, para
1285 que eu vou arrumar uma solução para depois procurar o problema, certo? A gente arruma soluções
1286 para depois procurar com que problema ele deve ser solucionado. Eu acho bastante ruim, isso. Então,
1287 eu acho que o ponto principal é: - Há necessidade de se fazer uma Resolução? Há problemas que
1288 precisam ser resolvidos e uma Resolução Federal que precisa ser feita. Há alguns problemas que se
1289 prevê que no futuro precisam ser evitados? Se isso não for resolvido, se não há um problema eu não
1290 vou arrumar solução para um problema que não existe. Então, eu acho fundamental que se faça esse
1291 debate. "work shop", esse encontro, enfim, juntar tudo numa sala e conversar.

1292

1293 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1294

1295 Maurício, por favor.

1296

1297 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1298

1299 Eu queria, concordando aqui com o Cláudio Alonso, eu acho que não é só a gente estabelecer um
1300 procedimento e uma participação da SQA e dos OEMAs. Eu acho que a questão central é realmente o
1301 que nós vamos debater. Porque evidentemente que o tema transporte e movimentação de cargas
1302 perigosas é um tema amplo e bastante regulamentado. Esses são os pontos que a gente debateu
1303 muito na última reunião aqui e foi exatamente que essa matéria já existe toda uma regulamentação da
1304 ANTT dos órgãos de controle na área de transporte e etc, porque evidentemente isso faz parte das
1305 competências desses órgãos. Então, eu acho que é fundamental saber o que a área ambiental quer
1306 efetivamente regular com essa matéria. O que está sendo disciplinado com essa matéria, que foi o que
1307 a gente discutiu e ficou claro na reunião passada a dificuldade da própria APROMAC, que tinha trazido
1308 o assunto aqui, relatado o assunto de mostrar a diferença entre o que ela estava propondo. Tinha aqui
1309 um diretor da ANTT, não sei se você se lembra, o Ronaldo ou Roberto, não lembro como se chama, e
1310 ele manifestou claramente que tudo o que vocês estão regulamentando a gente já regulamenta lá. A
1311 gente já tratou disso, já está em lei, em decreto, em Resolução da ANTT. Então, qual é o diferencial do
1312 que nós estamos tratando aqui? E isso se reflete nesse texto claramente. Ou seja, a dificuldade dos
1313 conceitos, a mistura dos conceitos entre movimentação, transporte e etc, e todas as dificuldades
1314 inerentes que você tem ao construir uma Resolução de algo que já está regulamentado para outros
1315 instrumentos. Então, eu acho que estou de acordo com o procedimento da gente convocar a
1316 assessoria da SQA para preparar essa discussão, mas a encomenda precisa ser absolutamente clara.
1317 Ou seja, nós não estamos discutindo transporte de resíduos em geral, ou o que fazer com os problemas
1318 de transporte de resíduo em geral. Nós estamos discutindo qual é a contribuição que essa Resolução
1319 tem a dar. O que ela está disciplinando, qual é o objeto dessa Resolução? Porque você vê que ela não

1320 tem ainda nem uma ementa. Ela dispõe sobre o procedimento de movimentação interestadual de
1321 resíduos perigosos. Se isso é a ementa dela, tem pelo menos 25 outras resoluções, leis e questões,
1322 disciplinando a matéria que não são levadas em consideração, são mencionados lá na frente coisas
1323 que vão seguir, regulamentações da ANTT e etc. Me parece que esse é um ponto fundamental para a
1324 gente tratar.

1325
1326 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1327
1328 Vou passar a palavra para a Ruth.

1329
1330 **Ruth Rodrigues Tabaczinski – CONAMA**

1331
1332 Ruth, Assessora Técnica do CONAMA. Sobre o foco desse GT, vou tentar explicar mais ou menos,
1333 porque é diferente do transporte da carga ou transporte do resíduo. A idéia do GT era discutir o
1334 licenciamento de ou uma palavra que se diga, da autorização da movimentação desse resíduo através
1335 dos estados. Porque um resíduo sai de um Estado para ser disposto numa destinação final em outro.
1336 Temos recebido algumas reivindicações de que isso seja regulamentado, porque algumas cargas saem
1337 desse Estado e para passar no outro Estado, eles não deixam ou tem dificuldade de que esse estado
1338 autorize essa movimentação para o outro. Então, seria regulamentar esta movimentação em si. Não o
1339 transporte por ser perigoso ou não ser, mas uma regulamentação de licenciamento, tentar que esse
1340 licenciamento seja único, saia desse Estado e pegue autorização desse para chegar no outro. Nesse
1341 sentido, só em termos de licenciamento.

1342
1343 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1344
1345 Você me permite um aparte? Eu não desconheço o objeto da matéria. Eu estou relatando que na
1346 última reunião, isso está nos autos, está registrado, ficou claro e evidente que essa distinção que está
1347 se procurando fazer entre o transporte e movimentação ela não é clara, e na hora de regulamentar a
1348 matéria você na verdade invade competências de outros órgãos. Isso ficou muito claro aqui, eu sei do
1349 que se trata a matéria só que nós, o Grupo de Trabalho na sua proposta e suas discussões não foi
1350 capaz de nos oferecer uma proposta de Resolução que contornasse ou que tratasse de forma
1351 adequada esse problema, certo? Isso que estou mencionando. E eu tenho minhas dúvidas com
1352 relação a transferir essa responsabilidade agora para a SQA e não dar para ela os parâmetros da
1353 Câmara Técnica para que ela desenvolva o seu trabalho, porque senão ela vai trazer os mesmos
1354 problemas, nós vamos refazer a discussão aqui. Esse é o ponto, não quero refazer a discussão nem
1355 aqui nem a que foi feita no GT. Eu quero avançar. Não é simplesmente o fato de que as OEMAs não
1356 tiveram oportunidade de opinar por isso, porque oportunidade elas tiveram elas não quiseram participar,
1357 o que mostra que elas não tem tanto interesse assim no assunto e estão ocupadas com outras
1358 prioridades. Eu não sei, eu insisto muito. O que nós estamos comendo ando para a SQA tem que ser
1359 muito claro, senão nós vamos refazer a discussão. Nós não vamos refazer a discussão, nós vamos
1360 esclarecer pontos como o Alonso mencionou. Em que essa matéria vai ser efetivamente disciplinada e
1361 como as OEMAs vão poder contribuir e participar e etc.

1362
1363 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1364
1365 Só um pequeno esclarecimento. Parece-me que a proposta do Bertoldo, me parece que foi no seguinte
1366 sentido, a SQA ela organiza um seminário, só isso, ela não opina. Não é para opinar. É para organizar
1367 o seminário. E sob esse aspecto eu concordo, porque as OEMAs não participaram com intensidade, se
1368 é que participaram, eu acho que nem participaram. Eu sei, pelos contatos que tive que o interesse é
1369 extremamente baixo, por isso que eu coloquei a questão. Nós estamos querendo criar uma solução
1370 para um problema que não existe? Eu coloco como questão e não como afirmação. Com as OEMAs
1371 todas reunidas isso vai ficar claro. Mas a SQA teria só o papel organizador da coisa e não teria que
1372 opinar segundo a nossa proposta.

1373
1374 **Diógenes Del Bell - ABETRE/ABRALAM**

1375
1376 Diógenes Dell Bell. O que eu queria colocar é mais ou menos no sentido do que o Cláudio Alonso
1377 falou. Insistindo no ponto que se a SQ A vai só organizar o seminário a demanda das conclusões tem
1378 que partir da Câmara Técnica para saber se basicamente essa Resolução vai resolver algum problema
1379 dos órgãos ambientais. Ao longo de todas as discussões, eu participei do Grupo de Trabalho desde o

1380 início como parte interessada, eu frisei muito isso. Embora cada Estado tenha um procedimento
1381 particular, hoje não há problema. Quer dizer, todo mundo, uma indústria que precisa mandar seu
1382 resíduo perigoso para outro estado ela tem como proceder. Quer dizer, as empresas que tratam
1383 resíduos conhecem os diferentes procedimentos da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e no Paraná.
1384 Isso funciona, eles não são os mesmos, mas isso já funciona. E o grupo sempre teve essa questão. O
1385 Maurício colocou a questão da regulamentação técnica, regular tecnicamente atividade de transporte,
1386 isso foi debatido no grupo, houve embate ali e isso de certo modo foi superado, mas não está
1387 inequívoco no texto que você observou. Então essa é uma outra questão. E um outro ponto que
1388 sempre oscilou dentro do grupo foi um pleito da APROMAC para que o IBAMA fosse uma instância
1389 hierarquicamente superior às autorizações dos estados que é o ponto que a gente falou que invade a
1390 competência e isso está como uma das alternativas do texto. E então acho que é em cima disso que se
1391 deve ter como pauta para conclusões esperadas do seminário. Obrigado.

1392
1393 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**
1394

1395 Eu não sei se antes desse ou seria uma estratégia de atuação da SQA antes de promover esse
1396 seminário, fazer uma consulta a todas as OEMAs, como é que ela está vendo essa questão dessa
1397 regulamentação em função até de já existir regulamentação como foi dito aqui da ANTT e outros órgãos
1398 aqui para avaliar mesmo, se é o caso de chamar para discutir, porque de repente pode ser que dar um
1399 prazo para que essas respostas venham antes de uma próxima reunião da Câmara Técnica, talvez até
1400 sistematizar todas essas contribuições ou então não ter esse seminário. Se vierem essas
1401 contribuições, não sei se seria o caso de ter um gasto ou se é importante mesmo ter essa discussão ou
1402 então as duas coisas juntas. Eu não sei, eu acho que é preciso ouvir as OEMAs com uma pauta
1403 orientada por aqui, eu acho que sim, na minha opinião.

1404
1405 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**
1406

1407 Assim, eu tive uma conversa antes da reunião da Câmara Técnica com a Zuleica da APROMAC. Então
1408 a gente sabe que teve várias discussões e vários conflitos que foram gerados e eu até pensei também
1409 alguma coisa que a gente pudesse ter, um encontrou seja lá o que for que a gente pudesse chamar
1410 justamente para dirimir essas coisas para que a gente pudesse ter o entendimento porque até então
1411 mesmo não estando acompanhando e recém chegada, mas eu procurei me inteirar dentro dessa
1412 entidade o que realmente estava acontecendo, o que estava por trás do que estava nos bastidores.
1413 Assim, a princípio, as OEMAs realmente participaram muito pouco, muito pouco mesmo, e eu acho que
1414 não só a questão de você fazer essa solicitação, mandar o que está sendo feito vai resolver o que
1415 realmente são os conflitos que estão acontecendo. E assim, eu acho que é importante realmente a
1416 gente fazer esse encontro e vir com esse espírito de tentar resolver, de tentar fazer, de tentar encontrar,
1417 porque a Zuleica tem uma forma de condução que é própria dela, vocês conhecem a forma, ela atuou
1418 bastante, procurou contribuir, mas foi uma relação muito desgastante. Então, o procedimento que todos
1419 nós enquanto entidades e ambientalistas estamos tentando fazer nesse sentido é procurar, ver, resolver
1420 de tal maneira que não seja gerado esse desgaste. Então eu sou adepta que a gente faça esse
1421 encontro mesmo e que o espírito seja esse.

1422
1423 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1424

1425 Eu estava resolvendo da prefeitura e acabei não acompanhando a discussão e me abstenho.

1426
1427 **Bertoldo Silva Costa – ABES**
1428

1429 A idéia é o seguinte, a gente está querendo, como esse assunto ele ainda está complexo, a gente está
1430 propondo que seja solicitado à SQA, a exemplo do que a gente fez num outro momento um seminário
1431 chamando todas as OEMAs e partes interessadas se essa será importante, se tem eficácia, se é
1432 necessária do ponto de vista de cada OEMA e a possível resolução. O que estamos pensando é se em
1433 função disso se partindo do seminário que é importante saiam as contribuições desse documento que já
1434 está aqui em pauta, porque aí esse documento vai com uma proposta de pauta para o seminário e as
1435 contribuições que vierem voltem para a Câmara e com base em todo esse conhecimento e pensamento
1436 a gente toma a decisão. Eu gostaria que você opinasse sobre isso.

1437
1438
1439

1440 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1441
1442 Eu concordo, não lembro quem falou alguma coisa acho que foi o Ministério das Cidades, porque às
1443 vezes você chama e não há participação e às vezes deixam de vir de novo no seminário. Então talvez
1444 ser precedido por uma consulta, em que pé está, o que pode fazer. Porque aí mesmo sem a presença,
1445 vem os documentos. Às vezes o seminário acaba enriquecendo mais, eu sou favorável ao seminário
1446 mas que seja precedido a esta solicitação de informações e consulta às OEMAs.

1447
1448 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1449
1450 Então veja, o André fez uma proposta diferente do que estávamos conversando, um formato um pouco
1451 diferente.

1452
1453 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1454
1455 Pode ser paralelo, pode pedir e ir organizando.

1456
1457 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1458
1459 Não, são partes seqüenciais que teriam que ser vencidas. Uma coisa é você perguntar para cada
1460 OEMA e ela tentar formalizar uma resposta e outra coisa é a SQA convocar para uma reunião e eles
1461 virem com essa proposta para dar a opinião deles, e primeiro são dois momentos diferentes a gente faz
1462 uma consulta às OEMA e através da SQA e pergunta se eles têm interesse de discutir esse assunto
1463 num formato diferente ou vocês querem dar atribuição no papel? Eu sinceramente eu acho que é mais
1464 fácil chamar o seminário e mandar fazer, mas deixo na mão de vocês para poder avaliar melhor isso.

1465
1466 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1467
1468 Deixa eu tentar conciliar aqui. Primeiro, não são incompatíveis as duas coisas até porque o André não
1469 está falando para não fazer o seminário, ele está falando que seria uma forma de construir algum
1470 subsídio aí e fazer uma consulta por e-mail e tal, o que eu acho que é mais ou menos óbvio, não é uma
1471 atividade fora ou nova que a SQA faria, porque para organizar vai entrar em contato e ver quem é. Eu
1472 acho o seguinte, a gente está dando uma encomenda e o que nos interessa é o objeto final, como eles
1473 vão organizar se a SQA vai consultar ou não vai, se vai pagar passagem, eles vão assumir o
1474 compromisso com a Câmara Técnica de criar um mecanismo eficiente de nos dar subsídio e isso é
1475 problema deles. Então eu não entraria no mérito do como. O que eu quero é o seguinte, nós estamos
1476 querendo que a Câmara Técnica organize um processo para nos subsidiar com relação à tomada de
1477 decisão e aumentar a participação das OEMAs. Essa é obrigação deles, como eles vão fazer, aí eu
1478 não sei dos recursos que eles têm para isso, às vezes eles até fizeram a consulta que você está
1479 mencionando e acho que a gente não deveria entrar no mérito. Por isso eu não colocaria que o André
1480 tem uma nova proposta, até porque ele já se absteve e então não pode se abster e ter uma nova
1481 proposta. Então, ele já se absteve e você foi simpaticamente explicar para ele então não cabe. Eu acho
1482 que a matéria está vencida, a proposta está aprovada, os outros membros já aprovaram e vamos
1483 encomendar à SQA e ver o que vai acontecer. Ele só está comentando no meu entendimento a título
1484 de sugestão.

1485
1486 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1487
1488 Eu só gostaria que ficasse clara uma coisa, com consulta ou sem consulta, a forma que for já está
1489 decidido e que não ficasse restrito à análise do documento pronto. Eu acho que a análise pode ser um
1490 dos detalhes, mas não o primeiro. O primeiro eu acho que tem que ser a necessidade de ter a
1491 normatização nesse sentido. Ou seja, ela não pode seja o evento que for, ele pode incluir a proposta e
1492 tem que começar pela necessidade.

1493
1494 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1495
1496 Então, vamos tentar deliberar sobre esse assunto no seguinte encaminhamento. Nós vamos fazer uma
1497 consulta para a SQA, para ver a possibilidade de fazer essa ação que estamos pedindo. Nesse
1498 encaminhamento a gente vai propor que se verifique para a gente alguns itens, que é primeiro a
1499 necessidade dessa Resolução, qual é o problema, a consulta das OEMAs, e ela proponha inclusive a

1500 necessidade de se fazer um seminário sobre esse assunto. É isto? Então vamos escrever isto.
1501 Consultar com a SQA que verifique junto às OEMAs...

1502
1503 **Ruth Rodrigues Tabaczinski – CONAMA**

1504
1505 Eu vou ler a proposta que eu estou tentando escrever aqui. Verificar junto ao MMA e SQA a
1506 possibilidade da realização de um fórum com as OEMAs para discutir a implementação da proposta de
1507 Resolução.

1508
1509 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1510
1511 Não, está tudo errado, desculpe. Primeiro, vamos lá. Não tem que verificar junto. Nós temos que
1512 solicitar ao Ministério do Meio Ambiente/SQA a organização de um processo de discussão, debate,
1513 "work shop", sei lá o que quiser chamar, um seminário. A realização de um evento para... aí o Cláudio
1514 Alonso continua.

1515
1516 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1517
1518 Para o posicionamento das OEMAs quanto à necessidade de regulamentação ou de Resolução que
1519 contemple o objeto em questão. Eu não gostaria, até por um problema, eu não gostaria de citar tão
1520 bem que existe uma proposta em pauta. Você precisa informar a OEMA, até porque algumas não
1521 sabem até porque está havendo mudança de governo que existe uma proposta aqui que é secundária,
1522 mas tem que ser levada em conta.

1523
1524 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1525
1526 Mas isso está vinculado ao andamento da proposta na hora que forem solicitar eles têm que remeter
1527 isso.

1528
1529 **Roberto Alves Monteiro - SRA/MMA**

1530
1531 Então põe assim regulamentação do objeto em questão e da oportunidade da minuta.

1532
1533 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1534
1535 Ela pode ser necessária e não ser oportuna nesse momento. É necessário para daqui a três anos. E a
1536 oportunidade da discussão do Grupo de Trabalho, da conveniência ou oportunidade... A conveniência
1537 de se ter realmente uma regulamentação.

1538
1539 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1540
1541 Não, mas espera aí, me desculpa. Mas redação é um negócio muito chato, mas nós temos que fazer.
1542 Solicitar ao MMA/SQA a organização de um evento para definição do posicionamento das OEMAs, para
1543 obter o posicionamento das OEMAs quanto à necessidade, e se quiser, e oportunidade da
1544 regulamentação do objeto em questão. Porque o objeto em questão está ali em cima. O processo tal e
1545 tal. Isso é óbvio que é para subsidiar, se nós estamos solicitando. Eu colocaria ponto.

1546
1547 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1548
1549 Só antes de nós, eu acho que esse formato está de bom tamanho. Só de carona nesse processo e por
1550 uma questão da montagem na hora de colocarmos a pauta. O Alonso tem um processo que é aquele
1551 processo de transporte interestadual de cargas perigosas, estão lembrados disso, né? Ele acabou por
1552 um problema nosso acabou não entrando na pauta, e ele está colado com essa história e a gente
1553 poderia talvez pendurar aí nesse encaminhamento para que já também se insira esse processo de criar
1554 uma Resolução sobre transportes de cargas perigosas e se a gente vai tratar esse assunto ou não. O
1555 que vocês acham? Ou não mexe nisso?

1556
1557 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1558

1559 Esse assunto originalmente foi para a Câmara de Qualidade, a qual eu também faço parte e por
1560 sugestão minha, eu disse que já que existe similaridade, não é igual, existem similaridades e alguns
1561 pontos podem ser enfocados de forma comum, eu solicitei e foi aprovado na Câmara e foi aceita por
1562 essa que esse processo viesse aqui, de tal forma que existe certa correlação entre as coisas. É
1563 inegável que existe. Eu não veria com maus olhos a gente pegar esse seminário e colocar os dois
1564 temas, desde que fosse colocado de forma organizada. Um dia um e outro em outro. Mas que não se
1565 misturassem em que pesem que tem diferenças, não são iguais. De forma isolada, mas pode ser no
1566 mesmo seminário porque assim mata dois coelhos numa cajadada só.

1567
1568 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**
1569

1570 Aí eu vou me permitir discordar um pouquinho, Cláudio pelo seguinte, o processo não entrou na nossa
1571 pauta, a gente não viu, não sabe o que fazer com ele ainda, eu acho meio apressado a gente tomar
1572 uma decisão de abrir uma discussão, porque nós estamos solicitando a um terceiro que é a SQ A para
1573 organizar isso, não somos nem nós e ali já tem um embrólio razoável ali dessa discussão. E eu acho
1574 que a gente vai colocar um outro assunto que embora tenha uma correlação, eu desconheço a matéria.
1575 E, então eu preferia que esse assunto viesse para cá para que a gente pudesse analisar o assunto e
1576 pode ser que a gente dê outro encaminhamento totalmente diferente, eu preferiria não misturar os
1577 assuntos, até porque nem foi pautado esse assunto. Eu pediria ao Presidente que retirasse e nem está
1578 na pauta eu acho que não caberia a gente discutir porque ninguém viu. Eu não sei qual é o processo.

1579
1580 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**
1581

1582 Assim, é rapidinho. Eu concordo com o Alonso, eu acho que se esse seminário for depois da nossa
1583 reunião? Tem tempo da gente chamar para a pauta da reunião, discutir e inserir os dois, sim. Tem
1584 correlação.

1585
1586 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**
1587

1588 Olha, gente. Eu peguei rapidamente aqui o processo e esse bichinho está demorado. Aqui tem datas
1589 de 2003. E assim, os assuntos têm similaridades? Todos sabemos que tem. A gente pode até não
1590 conhecer como o Maurício está falando, profundamente, o processo. Mas devido a importância que
1591 tem, eu acho que a gente pode fazer, mas se for nessa condução de antes do seminário, a gente fazer
1592 essa avaliação, vai ter outra reunião antes da Câmara Técnica antes do seminário?

1593
1594 **Nádja Limeira Araújo - Ministério das Cidades**
1595

1596 Seminário demora para organizar.

1597
1598 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**
1599

1600 Então eu acho que ele volta para a nossa pauta mas com a indicação que ele pode entrar em ponto de
1601 pauta para o seminário. .

1602
1603 **André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1604

1605 Por serem parecidos, os dois deveriam ser incluídos no mesmo seminário, principalmente porque o
1606 seminário está sendo feito para nos dar subsídio. Quer dizer, nós não perdemos nada, no final quem
1607 vai ser o tomador de decisão vamos ser nós, nós vamos estar aprofundando e conhecendo e então o
1608 seminário só vai estar trazendo mais subsídio não precisa ir lá conhecer tudo, e agora me mande mais
1609 subsídio e vamos de novo debater o assunto para definirmos a questão os dois são para nos trazer
1610 subsídio e por causa disso eu defendo que os dois podem ir para o seminário.

1611
1612 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**
1613

1614 Uma questão de ordem. Eu não consigo entender como a gente pode deliberar sobre uma matéria que
1615 a gente não conhece. Eu não tenho a menor noção do que está dentro desse processo, se as OEMAs
1616 que devem ser consultadas ou não, pode não ser as OEMAs, pode ser outros. Desculpe-me, eu não
1617 estou entendendo como é que vocês querem propor... a tua proposta eu até entendo. Vamos analisar e
1618 ver se é pertinente ou não, mas me desculpe, Bertoldo, eu acho impropriedade você colocar um

1619 processo que não está na pauta no final da reunião, já com a gente totalmente estourado aqui de fome
1620 para uma coisa que nós não vimos o processo, eu não consigo entender como uma Câmara Técnica
1621 pode deliberar sobre um assunto que ela não tem o conhecimento. Eu acho que não dá, André.
1622 Vamos ver o assunto para ver o que é.

1623
1624 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1625
1626 Eu falei que ela não está pautada, e apenas fiz uma consulta devido a oportunidade, se vocês
1627 entenderem que não é oportuno, não tem. Eu fiz uma consulta e pedi para ouvir e tenho que ouvir
1628 todos. Então esse processo aqui já teve discussão em outro momento, sim. Teve aqui discussão. Ele
1629 foi discutido. Quando o Alonso colocou ele. Só que ele não foi pautado.

1630
1631 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1632
1633 Eu estou pedindo à Ruth que verifique na pauta anterior que entrou em pauta. Eu gostaria de terminar
1634 o raciocínio. Entendo o que o Maurício fala que ele não foi discutido, já entrou em pauta. Não é de
1635 desconhecimento da Câmara este processo, ele já entrou em pauta. Dada a similaridade entre as
1636 coisas, eu não vejo problema maior a gente pautar isso, não vejo problema maior, porque a gente sabe
1637 que é similar. Que a gente não saiba os detalhes, é uma coisa, mas que existem similaridades tanto
1638 que veio da Câmara de lá para cá e nós aceitamos até por essa similaridade. Eu não vejo um problema
1639 maior colocarmos no seminário esses dois temas. Eu não vejo. Realmente, eu acho que a gente
1640 ganha tempo, até porque eu acho que o seminário vai demorar mais do que o tempo da próxima
1641 Câmara. E o processo já está no site faz tempo, foi em agosto a última reunião. Quer dizer, eu acho
1642 que é possível, não finco o pé, mas acho que é possível.

1643
1644 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1645
1646 Eu quero ler que na 20ª reunião, na ordem do dia ponto 2.2 da pauta. Transporte interestadual de
1647 cargas perigosas, aí foi decisão nossa, na próxima reunião que é hoje da Câmara Técnica, o Grupo de
1648 Trabalho de resíduos perigosos analisará a minuta da resolução quando então a Câmara Técnica
1649 apresentará discussão sobre manter o processo referido que é esse. Não foi feito, mas já é de
1650 conhecimento.

1651
1652 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1653
1654 Eu estou dizendo o seguinte. Essa matéria nunca foi discutida nessa Câmara técnica. o que foi feito
1655 nesta reunião, pode pegar a ata foi o Cláudio Alonso fez um relato de que essa matéria estava na outra
1656 Câmara Técnica e como ele sabia que as duas... Bom, não vou repetir, mas ele fez um relato daquilo
1657 que ele hoje repetiu aqui e nós recepcionamos a matéria. Mas nós não discutimos, não se abriu uma
1658 discussão de mérito sobre a matéria. Então, eu considero ainda que o nosso grau de conhecimento
1659 sobre a matéria e pergunto para quem quiser aqui que me responda quais são os artigos que estão lá
1660 dentro.

1661
1662 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1663
1664 Vamos só deliberar, só para deliberar o seguinte, vou fazer uma pergunta objetiva.

1665
1666 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1667
1668 Aqui nós temos uma proposta de Resolução, sabe o que é Cláudio? Eu acho o seguinte. Eu adoro
1669 você quando você coloca as coisas de forma bem clara e objetiva. Ou seja vamos discutir esse assunto
1670 e vamos resolver esse assunto e é objetivo, isso facilita a vida da gente. Agora eu vou contrabandar e
1671 carga é uma coisa que eu não quero contrabandar, vou contrabandar uma Resolução sobre cargas
1672 para dentro de uma Resolução sobre resíduos e vai virar uma parafernália o negócio, porque vocês
1673 não entendem o seguinte, quando eu tenho uma Resolução aqui eu tenho um setor industrial que tem
1674 interesse naquela Resolução. E aquele setor vem para cá, senta, discute, se mobiliza. Aqui tem várias
1675 pessoas aqui que gastam dinheiro, vem para Brasília de avião, gastam seu tempo para ficar aqui
1676 ouvindo nossas discussões. É um absurdo quando a gente abre vocês não imaginam. Transporte de
1677 carga nesse país envolve NTC, a CNT, os caminhoneiros, eu tenho um milhão de gente diferente nesse
1678 negócio. Transporte de resíduo, não. Eu tenho mais focado em algumas associações. Não dá para

1679 misturar. Para vocês pode parecer que é a mesma coisa, que eu estou regulamentando coisas
1680 semelhantes, mas para nós da indústria não é a mesma coisa. Vamos ser objetivos, nós temos que
1681 resolver essa Resolução está no nosso, essa outra veio da outra Câmara, não estava aqui, chegou aqui
1682 em 2006, foi a primeira vez que ela chegou. Nós não temos culpa do atraso dessa Resolução, vamos
1683 tratar do nosso assunto que já está mais do que na hora de tratar e depois a gente trata do outro. Nós
1684 temos que botar na pauta, analisar e ver que nós podemos resolver aqui que nós não deliberamos que
1685 não é assunto nosso, é assunto de outra Câmara. Porque nós vamos tratar isso no nosso seminário?
1686 Eu estou até defendendo a sua veemência de ser objetivo e ter resultados concretos. Eu sei que para
1687 você pode parecer similar, mas para mim não é, porque para trás quem eu tenho que mobilizar para
1688 discussão são pessoas completamente diferentes.

1689
1690 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1691
1692 Maurício, só uma coisa que eu vejo.

1693
1694 **Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH**

1695
1696 Mais uma vez vocês não estão respeitando a questão de gênero, porque faz um tempão que eu estou
1697 com o dedo levantado. Por favor. Desculpem-me, por favor. Uma coisa, Maurício, você entendeu e
1698 acho que fui objetiva no ponto que eu coloquei. É trazer a discussão novamente para a Câmara para a
1699 próxima reunião até porque com certeza esse seminário vai levar um tempo e a pergunta que foi feita
1700 era, esse assunto pode ser também tratado no seminário pela questão da similaridade? Eu acho que
1701 pode. Mas a gente não está deixando de conhecer o processo na próxima reunião da gente ter mais
1702 embasamento. Eu acho que eu falei muito claro com relação a isso. Existe similaridade? Existe, no
1703 transporte e na movimentação dessa carga. É uma coisa que nós vamos tratar aqui nesse seminário.
1704 Agora, a gente não vai deliberar a questão do processo. A gente vai conhecer, até porque eu também
1705 não conheço. O meu encaminhamento foi nesse sentido.

1706
1707 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1708
1709 Nesse aspecto, Maurício. Deixa eu pensar alto junto com você. Imagine, apenas como um exemplo,
1710 que nós façamos esse seminário em dois dias. No primeiro dia este objeto e no segundo dia, a título de
1711 subsídio, nós chegamos lá e não sabemos nada. Alguns setores. Eu acho que esse tipo de encontro
1712 facilita muitos encaminhamentos futuros. Nada se decide, mas o subsídio, a preocupação do setor de
1713 transporte, a preocupação do setor industrial, ela já está levantada e fica aflorada é claro que não se
1714 decide nada porque não é para isso, é para levantar subsídios, eu não vejo que se marcasse no
1715 primeiro dia discute-se essa e no segundo discute-se aquela é para levantar subsídio ou não. Para a
1716 Câmara agir não vejo um problema assim tão complicado.

1717
1718 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1719
1720 Eu acho que o assunto está se esgotando e vou passar para o Diógenes e depois vou fazer o
1721 encaminhamento específico.

1722
1723 **Diógenes Del Bell - ABETRE/ABRALAM**

1724
1725 Eu vou talvez ser um pouco chato com vocês, mas eu acho que é preciso entender exatamente qual é o
1726 objeto, do que tratam cada uma das propostas e a segunda sequer tem uma proposta, ela traz um
1727 problema para a Câmara. O Maurício eu acho que colocou muito bem que os assuntos têm nomes
1728 parecidos, mas são totalmente diferentes. Então a Resolução, a proposta da qual nós tratamos que é
1729 movimentação interestadual de resíduos perigosos, o nome quer traduzir, o nome está mal escolhido,
1730 está traduzindo o seguinte, autorização para destinação de resíduos de um estado em outro estado.
1731 Nós estamos falando de destinação de resíduos. A outra estou falando de transporte de cargas
1732 perigosas. Transporte de produtos perigosos. Resíduo é uma mínima fração de cargas perigosas e a
1733 única similaridade é que os dois vão andar sobre rodas e algum meio de transporte. As partes
1734 interessadas na questão da movimentação interestadual são outras. O transportador não faz parte
1735 deste processo. Embora ele seja citado na Resolução, ele não participa das discussões. Para ele é
1736 indiferente. Participam aqui o gerador de resíduos, a unidade receptora de resíduos e os órgãos
1737 ambientais interestaduais. Os dois órgãos do estado de origem e o de destino. Na questão de
1738 movimentação de cargas, transporte de cargas perigosas, a empresa transportadora é fundamental

1739 interessada. A indústria ou um distribuidor de produtos ou quem recebe combustível, essas são as
1740 partes interessadas, são outros. Eles não vão contribuir no assunto de resíduos e vice-versa. Tem um
1741 outro detalhe. Na maioria dos órgãos ambientais dos estados, aliás, o órgão ambiental não tem
1742 gerência, ele não gerencia o transporte, é o órgão de transporte. Se você pegar em São Paulo, você
1743 sabe muito bem disso, a CETESB não quer saber nada do transporte, é outro órgão. Então as partes
1744 são outras. O assunto veio para essa Câmara, porque acharam que era similar que tinha alguma coisa
1745 a ver com isso, mas no fundo não tem, são outros agentes. Então, nós vamos colocar no mesmo fórum
1746 pessoas distintas para discutir assuntos distintos, e além do mais só queria observar o seguinte,
1747 transporte de cargas perigosas, a carga não é uma questão de saúde, não é de saneamento ambiental
1748 e também não é de gestão de resíduos. Eu acho que é assunto da outra Câmara Técnica, nós estamos
1749 tratando de autorização e não do procedimento técnico.

1750

1751 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1752

1753 Eu queria só reiterar o seguinte, em relação ao procedimento eu estou de acordo com aquilo que a Vera
1754 propôs, ou seja, nós vamos discutir aqui e por isso eu acho que a argumentação do Diógenes só
1755 reforça a minha argumentação, no sentido de que até onde eu tinha entendido eu acho melhor a gente
1756 primeiro discutir aqui o que vai fazer com esse processo que veio para cá, e se for o caso e tivermos um
1757 entendimento diferente do dele que embora seja diferente a gente tenha forma de organizar e acho que
1758 pode ser que eventualmente a gente tenha, eu não tenho nada contra organizar. Agora, eu tenho
1759 contra a gente deliberar agora sobre isso. A proposta dela é na direção que eu acho correta. Eu queria
1760 apoiar a proposta da Vera. A gente discute aqui, se eu entendi. Na próxima reunião esse assunto entra
1761 na pauta e um dos prováveis encaminhamentos é que ele vai ser tratado em conjunto com o outro num
1762 outro seminário. Só isso. Por isso que eu queria chamar a atenção, porque eu acho que não é um
1763 problema do mérito quanto a realizar seminários, sempre vai ser importante. Seja um dia, dois dias, um
1764 a gente pode fazer em São Paulo, outro aqui. Isso a gente vai discutir depois, mas acho que a matéria
1765 tem que vir para a Câmara para ser objeto de deliberação na forma, porque a gente precisa dar um
1766 tempo para olhar isso e estudar um pouco mais.

1767

1768 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1769

1770 Eu acho que está esgotada a questão, Alonso.

1771

1772 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1773

1774 Eu faço questão de fazer uma intervenção sem criar polêmica, mas a sua intervenção é sob o ponto de
1775 vista, digamos assim, do empreendedor. Não se pode esquecer que para o lado do empreendedor são
1776 agentes distintos os diferentes tipos de transporte, o órgão público é o mesmo agente que trata de tudo.
1777 E é muito importante sim que o mesmo agente que trata de tudo tenha visão comparativa diferenciada
1778 em que pese, por exemplo, a ONG quando vem aqui ela vai tratar dos dois assuntos e o órgão público
1779 que trata de transporte em geral é um setor único do órgão público que trata dos diferentes aspectos
1780 que pese para o setor empresarial serem outros agentes, só para o setor empresarial, porque os outros
1781 representantes na Câmara são sempre os mesmos que tratam. E, então dependendo do olho que você
1782 coloca, você pode ter interpretações diferentes. Não é para polemizar, mas não é o mesmo olho do
1783 empresário e do agente público, que é um agente público de alguma maneira.

1784

1785 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1786

1787 Eu vou fazer um encaminhamento sobre o assunto. Vou acatar o argumento do Maurício e vamos tirar
1788 de pauta a discussão e vamos encaminhar para a próxima reunião e lá a gente vai discutir a matéria.
1789 Se houver tempo, conforme tiver o avanço da SQA no processo, e a gente achar que deve a gente
1790 encaminha, senão vamos tomar outra posição. Então é mais prudente nesse momento fazer isso
1791 aumentar. Vamos pautar na próxima reunião e no momento da reunião nesse momento a gente vai
1792 verificar se cabe a necessidade. Senão a gente vai para o seminário. Então, simplesmente vai ser
1793 pautado na próxima reunião. Está bom, pessoal? Antes de acabar a reunião, temos que marcar nossa
1794 próxima reunião priorizando esse assunto encaminhado e pilhas e baterias.

1795

1796 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1797

1798 Ao contrário, pilhas e baterias e esse assunto. Eu estou brincando.

1799
1800
1801
1802
1803
1804
1805
1806
1807
1808
1809
1810
1811
1812
1813
1814
1815
1816
1817
1818
1819
1820
1821
1822
1823
1824
1825
1826
1827
1828
1829
1830
1831
1832
1833
1834
1835
1836
1837
1838
1839
1840
1841
1842
1843
1844
1845
1846
1847
1848
1849
1850
1851
1852
1853
1854
1855
1856
1857
1858

Bertoldo Silva Costa - ABES

É. Foi a ordem prioritária. Tem a proposta de data de 14 e 15 de março, que é uma quarta e quinta-feira. E no final de semana seguinte provavelmente vai ter Plenária.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Essa questão eu solicito ao representante do CONAMA é o seguinte. É de meu conhecimento que vai haver uma extraordinária no início de março. Foi suspensa, então era do meu conhecimento e retiro o meu comentário.

Ruth Rodrigues Tabaczinski – CONAMA

Ainda está em discussão. De alguma forma, temporariamente não foi definido, sim ou não. Existe uma grande possibilidade de não ocorrer, mas não foi descartado ainda. A gente não pode desmobilizar por isso.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Bom, a proposta é 14 e 15, é isso?

André Roberto Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

Eu tenho uma proposta diferente, Presidente. A minha preocupação é a seguinte, principalmente para quem veio do interior, esse período de transporte e desgaste, saída, voltar e etc e tal é algo que me preocupa. E principalmente para quem também trabalha com município, fazer com que prefeitos fiquem pagando nossas viagem de ida e volta também é outro problema. A minha sugestão é que a gente a fizesse um dia antes da reunião do CONAMA.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Não dá, porque geralmente tem algumas mobilizações que são feitas, reuniões principalmente ONGs fazer reuniões antes. Existe uma determinação que sempre na véspera da reunião Plenária não façam reunião de Câmara Técnica, porque a equipe fica mobilizada e para nós seria até melhor, mas é complicado do ponto de vista operacional, não é nosso.

Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI

Qual é a segunda alternativa.

Vera Lúcia Araújo R. Bezerra - IMARH

Tem outro detalhe, André. As entidades que fazem parte da CP KNEA se reúnem antes da Plenária e então para a gente vai ficar com ABEMA.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Nós temos duas datas aqui. Estou propondo duas datas aqui na mesa. Pode ser 14 e 15 ou 21 e 22, que é uma quarta e uma quinta. 14 e 15 ou 21 e 22. Eu preferiria 14 e 15 porque dá uma semana de folga e distancia um pouco da Plenária e a gente pode resolver o nosso problema. E 27 e 28 é a Plenária. Então, fica 14 e 15 de março. Assuntos Gerais, está aberta a palavra.

Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI

Eu posso só fazer um comunicado brevíssimo? Depois da semana do meio ambiente, que esse ano está um pouco prejudicada, porque tem um feriado no meio da semana, na semana seguinte nós vamos estar fazendo um conjunto de atividades em São Paulo que nós estamos chamando de Conferência do Meio Ambiente da Indústria. Vai ter dois dias, uma conferência estadual, da FIESP, a FIESP que está organizando e depois, na quarta-feira pela manhã a gente está organizando um

1859 seminário internacional, estamos trazendo convidados de fora sobre licenciamento ambiental para
1860 discutir a questão do licenciamento ambiental na FIESP também. E depois, nós vamos ter mais um dia
1861 e meio da conferência da indústria que é uma conferência mais ou menos fechada, mas que vai ter um
1862 certo conjunto de convidados de governo e de ONGs, e etc que a gente quer que participe, mas como é
1863 uma conferência com delegados que vão votar propostas e etc, ele tem um rito específico. Então, eu já
1864 queria deixar registrado na agenda de vocês essa semana inteira aí que a gente pretende criar uma
1865 grande mobilização e discussão sobre temas relevantes para a área ambiental no Brasil.
1866

1867 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1868
1869 Qual é a semana?
1870

1871 **Maurício Otávio Mendonça Jorge - CNI**

1872
1873 É do dia 11 que começaria, na segunda-feira, até o dia quinze de junho que é depois da semana do
1874 meio ambiente. Sendo que no dia 13 de junho seria o seminário sobre o licenciamento ambiental, tá?
1875 Depois eu mando a programação e tal. De 11 a 15 de junho. São as conferências paulista e
1876 Conferência Nacional de Meio Ambiente na Indústria e o Seminário Internacional sobre Licenciamento
1877 Ambiental no dia 13, na FIESP em São Paulo.
1878

1879 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

1880
1881 Está bom, pessoal. Agradeço a todos pela presença e acho que foi muito oportuna a nossa reunião e
1882 está encerrada a nossa discussão e dia 14 a gente se encontra novamente. A reunião está encerrada.